



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ANÁLISE DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES: PERSPECTIVAS
PARA O PROFESSOR POLIVALENTE**

RAYANNE FERREIRA LOPES

**BRASÍLIA/DF
2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

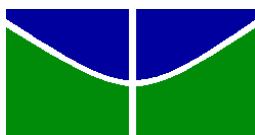
RAYANNE FERREIRA LOPES

**ANÁLISE DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES: PERSPECTIVAS
PARA O PROFESSOR POLIVALENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito final para a obtenção do título em Pedagogia – licenciatura plena.

Orientadora: Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz

Brasília/DF, dezembro de 2014.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

FICHA CATALOGRÁFICA

LOPES, Rayanne Ferreira.

Análise de concursos públicos para docentes: perspectivas para o professor polivalente
71 p.

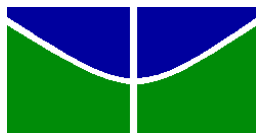
Orientadora: Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UnB, 2014.

1. Profissionalidade Polivalente. 2. Concurso Público Professor. 3. Polivalência.

I. Shirleide Pereira da Silva Cruz. II. Universidade Federal.

Brasília/DF, dezembro de 2014.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

**ANÁLISE DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA DOCENTES: PERSPECTIVAS
PARA O PROFESSOR POLIVALENTE**

COMISSÃO EXAMINADORA

Trabalho de conclusão de curso aprovada como requisito final para obtenção do título de Pedagoga – licenciatura plena, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Shirleide Pereira da Silva Cruz – Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Maria Fernanda Farah Cavaton
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Solange Alves de Oliveira Mendes
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Brasília/DF, dezembro de 2014.

Dedico aos pilares do meu porto seguro:
meus pais.

AGRADECIMENTOS

E, ao chegar ao fim de mais uma etapa o que não me falta é a quem agradecer. “Não cabe aqui no espaço tudo o que me ajudou, todos a quem quero dizer obrigada”¹ por terem partilhado - diretamente ou indiretamente - comigo esses quatros anos de história. Uma história que veio acompanhada de muitas mudanças em mim, em minha relação com o outro e com o mundo. Mas a quem agradecer pontualmente por essa nova vida pulsante dentro de mim?

Primeiramente a Ele por ter me proporcionado momentos indispensáveis e imprescindíveis em minha vida durante essa jornada. Também agradeço aos meus pais por sempre serem minha fonte de amor e segurança. Aos meus irmãos pelo companheirismo a qualquer momento. A professora Shirleide por todo o seu carinho, dedicação e orientação ao longo desses anos de parceria. E, ainda, as minhas companheiras de graduação – Naty e Tay - e a cada momento vivido junto com elas nesse mundo universitário. Por fim, quero expressar o meu enorme carinho a cada criança que tive contato durante a minha formação. Vocês me deram e dão forças para continuar lutando por meus sonhos. Saibam que aqui bate um coração eternamente grato por ser um pouco de cada uma de vocês.

Rayanne,

Brasília/DF, 25 de novembro de 2014.

¹ MAGALHÃES, Mallu. Álbum Pitanga. São Paulo: Sony Music, 2011.

“Corre atrás do teu coração
Vai procurar onde ele se encontra
Pois onde ele estiver lá estará teu verdadeiro tesouro
Lá estarás quem tu és”

Comunidade Católica Shalow

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central analisar as formas de ingresso na carreira docente e sua relação com a construção da profissionalidade docente do professor que atua nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido, buscamos, com base numa abordagem quantitativa e qualitativa, analisar a produção de estudos sobre concursos públicos para professores da Educação Básica em teses e dissertações publicadas no período de 2006 à 2014 nos seguintes bancos de dados: Banco Digital de Teses e Dissertações, Banco de Teses da CAPES e Portal de Periódicos da CAPES. Procuramos, ainda, apreender as relações entre o processo de seleção com a construção da profissionalidade daquele professor a partir da análise dos editais dos concursos públicos realizados no período de 1996-2014 no Distrito Federal para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. Baseamos-nos, teoricamente, nos estudos sobre profissão, profissionalização e polivalência de Ramalho, Nunez e Gauthier (2006), Lima (2007) e Cruz (2012). Os resultados indicaram uma baixa incidência de trabalhos dentro da temática (1,96% do total de 357 trabalhos publicados no período), sendo que os estudos concentram-se em análises dos conteúdos inscritos nas provas e nos editais dos concursos públicos para docentes, tendo poucos trabalhos que buscam contextualizar o modelo de seleção e suas implicações na carreira docente e analisar o concurso público a partir da caracterização e percepção do professor ingressante. Dentre os trabalhos levantados, foi ausente a discussão sobre o ingresso do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal constatação, revoga a importância de compreender o seu processo de seleção e ingresso na carreira polivalente. Ao se discutir a construção da profissionalidade polivalente dos professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental a partir dos editais de concurso público para professores titulares, observa-se que esse conjunto de conhecimentos que definem um corpus de saberes para uma prática profissional específica define "o que é" e determina "o que deve ser" a profissão, no entanto, a construção da profissionalidade polivalente requer um olhar ampliado para além de um somatório de disciplinas. Esse deve estar presente na formação, seleção e atuação dos professores para um processo de reconhecimento de saberes próprios que o identifiquem e se identifiquem. Diante desse aspecto, apontamos que essa característica se encontra distante dos saberes que selecionam os professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme nossas análises ancoradas nas fontes de pesquisa adotadas nessa pesquisa atestaram.

Palavras-chaves: profissionalidade polivalente; concurso público professor; polivalência.

ABSTRACT

This study aims analyze the forms of entry into the teaching career and its relation with the professional teaching construction who works in the early years of elementary school. Therefore, we seek, based on a quantitative and qualitative approach, to exam the studies' production about official examination for public elementary school teachers in theses and dissertations published in the period from 2006 to 2014 in Banco Digital de Teses e Dissertações, Banco de Teses da CAPES and Portal de Periódicos da CAPES. We research yet the relationships between the selection process with the professional teaching construction in public announcement of examination for teacher's of elementary school made in the period from 1996 to 2014 in the Distrito Federal (Brazil). We base theoretically in studies on profession, professionalization and polyvalence of Ramalho, Nunez and Gauthier (2006), Lima (2007) and Cruz (2012). The results indicate a low incidence of studies about this theme (1.96% of the total of 357 works published in the period), and the studies are focused on analysis of the contents entered in evidence and in public notices for teachers, having few works which seek to contextualize the selection model and its implications on teaching career and examine the official examination from the characterization and perception of entrant teacher. Among the works raised is missing the discussion about the elementary school teachers, it revokes the importance of understanding the process of selection and admission in polyvalent career. To discuss the polyvalence professionalism construction in the teachers that act in the elementary school as from the public announcement of examination for titular teachers show this set of information that define a corpus of knowledge for a specific professional practice defines "what is" and determines "what should be" the profession, however, the polyvalence professionalism construction requires an extended look in addition to a sum of disciplines. It must be present in the teachers' training, selection, and expertise for a process of recognition of own knowledge which identify yourselves and identify themselves. Thus, we point out that this characteristic is remote from knowledge that select teachers to work in the early years of elementary school, as our analysis anchored in research sources adopted in this study attested.

Keywords: polyvalence professionalism; official examination for teacher; polyvalence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Publicações na temática concurso público professor em banco de dados - 2006 à 2014. _____	35
Quadro 2. Titulação exigida nos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013. _____	43
Quadro 3. Atribuições dos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013. _____	45
Quadro 4. Etapas dos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013. _____	45
Quadro 5. Conhecimentos exigidos nos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013. _____	47
Quadro 6. Conhecimentos pedagógicos exigidos nos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013. _____	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Total de teses e dissertações publicadas na temática concurso público nos bancos de dados – 2006 à 2014 _____ 33

Tabela 2. Comparação total de teses e dissertações publicadas – Concurso Público Professor – 2006 à 2014 _____ 33

Tabela 3. Total de teses e dissertações publicadas na temática concurso público professor nos bancos de dados – 2006 à 2014 _____ 34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CESPE/UnB - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília

CNE/CP - Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

CO – Centro Olímpico

DCNP - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia

DF – Distrito Federal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GEPPe - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Atuação de
Pedagogos/Professores

HRAS – Hospital Regional da Asa Sul

HUB – Hospital Universitário de Brasília

IBFC - Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação

INEP/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OEB – Organização da Educação Brasileira

PET – Edu - Programa de Educação Tutorial em Educação

PIBID - Programa de Iniciação a Docência

PROIC - Programa de Iniciação Científica

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SEE/DF - Secretaria de Educação do Distrito Federal

SEE/SP – Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB – Universidade de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PARTE I. MEMORIAL	14
PARTE II. MONOGRAFIA.....	21
INTRODUÇÃO.....	22
1 CAPÍTULO 1. PROFISSÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E POLIVALÊNCIA: DIÁLOGOS COM O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE	28
2 CAPÍTULO 2. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA	32
2.1 O processo de seleção, a formação do professor e os conhecimentos profissionais	35
2.2 Perfil, imagem e representação do professor nos concursos públicos.....	37
2.3 Relação concurso público e condições de trabalho docente.....	39
3 CAPÍTULO 3. ESTUDO DOS EDITAIS DO DISTRITO FEDERAL.....	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
PARTE III. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	57
REFERENCIAS	58
ANEXOS.....	61

PARTE I. MEMORIAL

Quem sou eu?

Gostaria de escrever minha história de uma forma especial, mas as palavras me faltam e a poesia não é o meu forte. O caminho que encontrei para tal empreitada, foi deixando que minha vida entoasse nessa escrita. Por isso, compartilharei com você, leitor, minhas memórias educativas, transformando tudo que foi e é meu em algo nosso.

Mas antes vamos a apresentação.

Sou primogênita de três filhos. Resultado da união entre o cearense Luiz Ferreira Lopes com a mineira Georgina Célia Ferreira Lopes. Iniciei minha vida oficialmente no dia 15 de março de 1993 com a identidade de Rayanne Ferreira Lopes.

Quem sou eu? Confesso que ainda sou um mistério para mim. A única certeza que tenho é que eu sou aquilo que eu vivo. Logo, posso dizer que...

Sou Brasileira. Sou Brasiliense.

Sou filha. Sou irmã da Thaís Ferreira Lopes e do Thales Ferreira Lopes. Sou neta. Sou sobrinha. Sou prima. Sou amiga.

Sou católica apostólica romana.

Sou bailarina.

Sou estudante de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Sou membro pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Pedagogos/Professores (GEPFAPE). Sou bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID). Sou bolsista voluntária do Programa de Iniciação Científica (PROIC).

Sou o primeiro raio de sol a bater na janela e o último a ir embora. Sou a lua cheia. Sou o céu azul. Sou o verão, o mar, a areia e a água de coco. Sou as cores na época da seca no Distrito Federal.

Sou o que me surpreende. Sou tudo aquilo que me arrepia de dentro para fora.

Eu sou vários sabores, mas especialmente o da comida caseira.

Sou o sonho de aventurar por esse mundo em busca do desconhecido e inexplorado. Mas sou Brasília (cidade que nasci, moro e das que conheço a que mais me encanta).

Sou o básico e minimalístico.

Sou a vontade de poder cantar e tocar algum instrumento. Sou a dança.

Sou o branco.

Sou o voar. Sou o estar no aconchego da água. Sou o frio na barriga. Sou o vento no rosto.

Sou a que gosta mais de ouvir do que falar. Sou o olhar energético e misterioso, o qual tudo observa e arrasta para dentro de si.

Sou minhas memórias e histórias. Sou autora e protagonista dessas palavras.

Prazer, Rayanne.

Aprendendo a amar: pôr minha trajetória escolar em questão

Sempre tive uma trajetória regular na área escolar. Lá se foram 15 anos da minha vida, nos quais, todas as manhãs de segunda a sexta me preparava para o encontro com esse ambiente que tanto admirava: o escolar.

Minha entrada na Educação Infantil foi com três anos de idade, justificado pelo fato de, na época, eu ser filha única e meus pais consideravam isso importante para a minha socialização. Nessa fase, frequentei o Colégio Nossa Senhora da Divina Providência (Cruzeiro Novo/DF), administrado pela Igreja Santa Terezinha, onde fui alfabetizada. Ao longo dos anos, via as professoras como inspiração para minha vida escolar, focada em suas maneiras de ser e agir.

Após isso, fui para a Escola Classe 08 do Cruzeiro onde eu fiz o meu Ensino Fundamental I. Deparei-me com uma nova realidade. Muitos dos meus colegas na 1ª série ainda não sabiam ler e escrever, habilidade que adquiri no final do Jardim 2. Consequentemente, sentia bastante facilidade nas atividades propostas pela professora. Nos dois primeiros anos, tive professoras maravilhosas, dispostas a dar um ensino de qualidade, mesmo com as dificuldades conhecidas no ensino público do Brasil. Elas, com dedicação e boa vontade, superaram os obstáculos da máquina e desenvolveram um bom trabalho na sala de aula. Já na 3ª e 4ª série, encontrei professoras desmotivadas com o sistema e pouco contribuíram para melhorar o caótico estado que se encontra o ensino público em nosso país. O resultado: perdi o interesse pelo estudo e comecei a mudar o meu comportamento.

No Ensino Fundamental II passei por mudanças. Mudei para o Colégio Soma, no Cruzeiro Novo/DF, colégio pequeno, mas com uma coordenação Pedagógica e quadro de professores motivados a desenvolver um trabalho inovador na maneira de ensinar a seus alunos. Lá eu vi o ambiente escolar, social, familiar andar lado a lado em harmonia com o propósito maior, o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Fazer parte daquele grupo

tornou-me uma estudante dedicada e esforçada encarando as minhas dificuldades como desafio.

No Ensino Médio, frequentei o Colégio do Sol, no Lago Norte/DF. Essa escola possui um projeto pedagógico diferente, mas por ser uma instituição nova, a aplicação desse teve algumas falhas. Na sala de aula, os professores exercitavam muito a crítica pessoal frente a vários assuntos com discussões diretas entre o docente e os discentes. Porém, a maior frustração desse período foi a falta da aplicação do conteúdo desenvolvido com o nosso cotidiano e a interação entre as matérias, algo aplicado somente em algumas situações por conta do estilo de prova do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB). A maior dificuldade desse período foi com a escolha profissional e o meu futuro, que me levou a uma grande indecisão.

Como o meu futuro me instigava na adolescência, nunca busquei enfrentá-lo diretamente. Acreditava que não importava a minha decisão, tudo se encaixaria. Meus pais, ao perceberem minha “crise profissional”, no final do 3º ano do Ensino Médio, me incentivaram a fazer um acompanhamento psicológico de orientação vocacional, no qual trilhou meus caminhos para as áreas de Direito e da Pedagogia.

Prestei o 1º vestibular da Universidade de Brasília (UnB) de 2011 para Pedagogia. Não me preparei todas as horas do dia para a prova, apenas fiz o meu Ensino Médio e me dediquei ao estudo escolar, o qual me deu embasamento do conteúdo a ser cobrado nessa. Não acreditava que ia passar, tanto que comecei a buscar um bom cursinho para me preparar e concorrer no meio do ano a uma vaga de Direito. No dia em que saiu o resultado, não acreditei que o tão pouco que eu fiz foi capaz de me gratificar com minha aprovação.

Quando ingressei na UnB como estudante de Pedagogia, não me sentia ainda segura, pois não me identificava com o que conhecia da profissão. No cotidiano da faculdade, observei uma conversa entre uma professora e uma aluna, a qual possuía a mesma insegurança que eu. A professora mostrou as várias possibilidades dentro da área, a importância da profissão e a sua contribuição para a formação da sociedade. Isso me fez pensar sobre o meu futuro e as possibilidades de atuação nessa carreira, levando-me a admirar aquela escolha que fiz.

Comecei explorando a UnB – um ambiente que para mim não passava do prestígio do seu nome – e a vida que pulsava nos seus mais diversos espaços, sujeitos e oportunidades. Fiz tudo isso acompanhada de minhas parceiras de graduação, Nathália e Tainara. No 1º semestre, participei de projetos de extensão e de um grupo de dança no Centro Olímpico (CO).

No 2º semestre, ingressei no Programa de Educação Tutorial em Educação (PET – Edu) em busca de experiências e aprendizagens para minha formação acadêmica e cidadã por meio de trabalhos coletivos multidisciplinares e interdisciplinares. Porém, não consegui concluir minha participação, pois me fizeram reconhecer que aquele não era um espaço para mim.

Nesse mesmo semestre, tive a oportunidade de conhecer e participar do processo seletivo do “Projeto Quinta Dimensão: Estágio em Psicologia Histórico-Cultural e Neuroreabilitação da Rede SARA H de Hospitais de Reabilitação”. Ainda me lembro de quando a Juliana entrou no Centro Acadêmico Pedagogia do Oprimido (gostaria de ressaltar que, apesar da história daquele lugar, nunca me senti confortável dentro dele) pedindo licença para anexar o informativo do estágio naquele espaço. Eu, minhas parceiras de graduação e Majuh, ficamos interessadas e começamos a perguntar mais sobre ele. Sua breve, sucinta e apaixonante apresentação fez com que eu procurasse me inscrever o mais rápido possível. Sou grata a Nathália, minha mediadora nesse processo de inscrição.

No 1º semestre de 2012, iniciei o meu estágio no Sarah. Para ser mais exata, no dia 07 de março de 2012. O Projeto Quinta Dimensão - idealizado por Michael Cole e fundamentado na psicologia Histórico-Cultural e teorias do neurodesenvolvimento - constitui-se num microsistema que busca proporcionar às crianças aprendizagens e desenvolvimento a partir da relação interpessoal entre os sujeitos da díade - criança e estudante - mediada pelo jogo, o qual é visto como meio para “promover e criar recursos essenciais para o desenvolvimento”² dentro de um ambiente específico para a diversidade e apropriação dessa. A base que constrói a interação é a mediação combinada com a resolução de problema por meio da negociação. Tudo isso em uma relação conjunta onde os sujeitos devem ser ouvidos e ouvir também. Assim, o projeto vem a desenvolver a autonomia através dos pares e da metacognição.

Gostaria de compartilhar algumas palavras retiradas do meu diário de campo que descrevem minha experiência: “O novo com todo o seu mistério faz florescer o medo e a expectativa. Antes do primeiro contato com as crianças, imaginei milhares de coisas que só seriam confirmadas com a vivência, que, nesse primeiro momento resumiria na palavra naturalidade. No começo, éramos estranhos e depois de um sorriso ou palavra nos tornávamos amigos o bastante para criarmos segurança e contar as nossas histórias, nossos medos e gostos. Isso tudo só foi possível por conta do diálogo, onde todos falam e escutam,

² COLE, Michael. The Fifth Dimension: an after-school program build on diversity. Estado Unidos da América : Russell Sage Foundation, 2006.

respeitando o outro com todas as suas singularidades. Sentia que as transformações observadas em cada criança estavam relacionadas com coisas simples, como o afeto dentro da interação. Esse potencializa a aprendizagem e a construção do ‘ser mais’, o qual se apropria do problema e o transforma para poder seguir em frente, construindo, assim, um conhecimento verdadeiro”.

Na minha primeira interação, me apaixonei pela escolha que fiz ao ingressar na UnB. Naquele um ano e meio, meu coração bateu mais forte por fazer parte daquele grupo. Ele foi marco de uma nova fase em minha formação – a de constituição do meu ser docente, de descobertas e de mudanças em mim frente o outro, o grupo e o mundo.

Após essa “super” experiência, busquei conhecer a prática pedagógica no hospital em meu 6º semestre. Estagiei no Hospital Universitário (HUB) e na Classe Hospitalar no Hospital Regional da Asa Sul (HRAS). O ambiente hospitalar e todos os mitos que o envolvem promovem tipos de relações sociais diferentes daquelas que ocorrem no ambiente escolar. Naquele espaço, encontramos um objetivo - a vida – e o envolvimento de todos os profissionais e sua área de conhecimento para o cumprimento desse. Ao estar no meio de olhares tristes, abatidos, choros e gritos me via num grande desafio de ir contra a grande maré. Essa jornada iniciou no primeiro contato, onde o estar para o outro e ser alguém para esse outro se torna o grande orientador da atividade com o meu aluno. O meu comprometimento com a atuação fez com que sempre eu estivesse num posicionamento de professor-pesquisador, buscando novas respostas para eternas novas perguntas, segundo Fontes (1998)³, as quais me fizessem mover e me constituir a cada momento como ser docente naquele espaço.

Nesse mesmo período, tive a oportunidade de ter o meu ser matemático, experiência prima de poder por em prática as teorias vistas no âmbito da universidade na disciplina Educação Matemática I e refletir sobre essa prática. Com o meu ser matemático, aprendi que devo ser sensível ao outro e a sua forma de pensar. Para isso devo proporcionar situações que ele me apresente seus pensamentos e essas não precisam ser formalizadas, etiquetadas como atividades, já que o cotidiano vem a ser um ambiente de aprendizagem. Aprender quando seu processo está impregnado de formalismo é algo difícil, mas não impossível. É necessário unir esforços para desmistificar o mundo da aprendizagem. Um mundo recheado de sabor e saber

³ FONTES, Rejane de S. *Classe hospitalar: a validade de uma alternativa educacional a curto prazo*. 1998. Monografia de Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

que nos envolve e é envolvido por nossa subjetividade e identidade que damos ao nosso pensar.

Após essas experiências, chegou o momento de voltar à escola. Foi nesse ano, 2014, momento que retomei aquele ambiente que tanto admiro: o escolar. Estagiei durante meu 7º semestre na Educação Infantil e ingressei no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) atuando com duas crianças especiais no 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Brasília. Nesse momento, percebi que o agente formador do meu ser docente não seria o professor e sua prática, mas, sim, as crianças e o seu processo de ensino-aprendizagem.

Mas espera... Tem uma questão que permeia toda essa trajetória: o que me faz sentir ser professora? Em que momento/espço formativo me reconheci ou vou me reconhecer como ser docente? Acredito que isso merece um capítulo a mais.

Ser professora é...

Durante o curso, conheci a professora Shirleide. Em sua aula de Organização da Educação Brasileira (OEB), no 2º semestre de 2011, ela me fez um convite para conhecer o GEPPAFe. Ainda estava muito confusa com tudo, mas me permiti conhecer o grupo. Eles apresentaram uma proposta de trabalho com base nas inquietações dos alunos, sendo essas o ponto de partida para estudos e elaboração de trabalhos. Achei um espaço para ir à busca das respostas de todas as questões que me inquietavam, um espaço confortável e acolhedor. Ingressei no projeto e comecei a participar de suas reuniões no 1º semestre de 2012.

Numa dessas reuniões, apresentei às professoras Kátia e Shirleide a seguinte inquietação: o que me faz sentir professora? Dessa inquietação, formulamos um projeto de pesquisa com o seguinte título: “O ser docente no processo de formação dos estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília”. Nesse trabalho, meu principal objetivo era analisar os espaços formativos que permitem o estudante de Pedagogia da Faculdade de Educação se reconhecer como ser docente, através da confluência entre a sua identidade subjetiva e coletiva.

Desenvolvi a pesquisa durante os dois semestres de 2012, quando fui convidada a participar de um estudo sobre a formação da profissionalidade polivalente nos concursos públicos de professor no Distrito Federal (DF) com a professora Shirleide. Não me esqueci da minha proposta inicial de pesquisa, mas vi aquela temática como uma forma de estudar aquilo que mais tarde seria minha realidade. O tema foi me envolvendo e passei a me inspirar em

novas questões, tais como: o que aquela prova dizia do que era ser professor? Que professor ela queria que eu fosse? Que professora eu seria ao ingressar na Secretaria de Educação?

Surgiu um novo caminho de formação do meu ser docente. Desenvolvi a trabalho intitulado “Formas de Ingresso na Carreira e a Constituição da Profissionalidade Polivalente” dentro do Programa de Iniciação Científica de 2012. Tal trabalho, foi apresentado em congressos científicos e publicado em congressos nacionais.

Em 2013, o GEPFAPe apresentou uma proposta de trabalho com os professores em início de carreira e seu processo de aprendizagem da profissão. Dentro desse projeto maior, surgiu a oportunidade de relacionar o início da docência e a relação com os conhecimentos exigidos nas provas de concurso público. Tive a oportunidade de ter a minha proposta de pesquisa aprovada no PROIC 2014 e hoje posso concretizá-la como campo de estudo para minha monografia e para caminhos futuros de minha constituição como professora.

Tem mais...

Há memórias que ultrapassam o espaço de folhas brancas. Há memórias que me corroem de saudades. Há memórias que apertam o coração e fazem os olhos vazarem. Há memórias que me fazem perceber o quanto minha história está sendo maravilhosa. Há memórias que me fazem querer continuar a acreditar em mudar o mundo. Há memórias que me fazem acreditar que meus sonhos não podem se apagar. Há memórias que me fazem sentir viva. Minhas memórias queridas que só irão continuar.

PARTE II. MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as formas de ingresso na carreira docente e sua relação com a construção da profissionalidade docente do professor que atua nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse sentido, buscamos analisar a produção de estudos sobre concursos públicos para professores da Educação Básica e as relações entre o processo de seleção com a construção da profissionalidade daquele professor. A partir dessa pesquisa, nós queremos analisar, dentro da pesquisa de iniciação científica a qual esse trabalho se insere, as percepções que o professor iniciante apresenta sobre a relação entre os conhecimentos exigidos nos concursos públicos com as dificuldades, descobertas e conquistas no trabalho pedagógico nos primeiros anos de magistério.

No decorrer dos anos, várias formas de seleção para o funcionalismo público existiram, tais como o sorteio, a compra e venda, a herança, o arrendamento, a nomeação absoluta, a nomeação relativa, a eleição e o concurso (LOUREIRO FILHO, 2009; BARROS, 2007). A ideia de concurso público surgiu em 1789 após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como um procedimento de seleção adotado na era Napoleônica. No entanto, foi na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que se consolidou o acesso ao serviço público de um país como direito de todos os cidadãos (segundo seu art. 21).

No Brasil, a seleção pública para docentes inicia-se junto com as Reformas Pombalinas e do Alvará de 28 de Junho de 1759, período em que o Estado assumiu definitivamente o comando da educação em busca de uniformizá-la e fiscalizá-la. Para tal, a Coroa cria a figura do “Diretor Geral de Estudos”, o qual tem como incumbência regulamentar os exames a que deveriam ser submetidos os professores do ensino elementar em Portugal e nas Capitanias do Ultramar, segundo Tanuri (2000 apud LINS, 2011, p.24)⁴. Em maio de 1760, no Recife e Rio de Janeiro, temos o primeiro processo de seleção com provas de gramática e matemática para o provimento do cargo para a aula régia em vilas ou cidades. Os aprovados nesse certame, ganhariam uma autorização do Diretor Geral de Estudos para ensinar tanto em instituições públicas como em particulares.

Com a lei de 15 de outubro de 1827, a qual dispõe sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, estabeleceu-se a realização de exames públicos para a nomeação de cidadãos brasileiros que estivessem em gozo de seus direitos civis e públicos para a carreira de magistério (de acordo com ser art.

⁴ TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05> >. Acessado em 16 de dezembro de 2014.

7, 8 e 12). Observamos, nesses dois momentos, marcos de uma seleção com critérios de exigências mais específicos, mas ainda pouco profissional, segundo Vicentini; Lugli (2009 apud SANTOS, 2013)⁵.

Apenas no início do século XX, e mais fortemente a partir da década de 1930, é que se fazem sentir, no Brasil, iniciativas visando uma seleção mais profissional dos professores, eliminando o peso das relações pessoais e diminuindo a intromissão das forças políticas nessa (VICENTINI; LUGLI, 2009 apud SANTOS, 2013). O primeiro passo está presente na Constituição de 1934, onde em seu art. 170, parágrafo 2º, aponta que “a primeira investidura nos postos de carreira das repartições administrativas, e nos demais que a lei determinar, efetuar-se-á depois de exame de sanidade e concurso de provas ou títulos” (BRASIL, 1934). Tal ideia, permaneceu nas Constituições de 1937, art. 156, alínea b, onde se diz que “a primeira investidura nos cargos de carreira far-se-á mediante concurso de provas ou de títulos” (BRASIL, 1937); e na de 1946, art. 186, a qual indica que “a primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde”.

Ainda no século XX, temos na Lei nº 2115, de 27 de dezembro de 1952 a primeira iniciativa que irá regulamentar “(...) o ingresso do professor no magistério público por meio de concurso público como conhecemos atualmente, de títulos e provas, conforme a Constituição de 1946 preconizava” em seu art. 168, inciso VI, segundo Borges da Silva (2008 apud Lins, 2011, p.26)⁶.

No entanto, foi com a Constituição de 1967, art. 168, inciso V, o momento em que temos “o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior (...) mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial” (BRASIL, 1967). Ideia reafirmada na Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual diz, em seu art. 34, que “a admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição as exigências de formação constantes desta Lei” (BRASIL, 1971). Contudo, paralelo a esses dispositivos legais, permanecia a marca do apadrinhamento no recrutamento e no provimento de professores para assumir uma cadeira pública de magistério.

⁵ VICENTINI, Paula Perin; LUGLI; Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2009.

⁶ BORGES DA SILVA, S.B. A seleção do professor de português e suas relações com o ensino da escrita. *Linguagem em (Dis) cursos – Lem D*, v.8, n.2, p. 229-263, maio/ago. 2008.

Com a redemocratização do país e um movimento mais consolidado em busca de melhorias da realidade educacional do Brasil, foi decretado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, inciso II, que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei” (BRASIL, 1988). No caso dos professores, isso é ainda ratificado pelo art. 206, inciso V, o qual diz que a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), em seu art. 67, inciso I, a qual referenda o ingresso na carreira do magistério exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

O concurso público possui um caráter avaliativo e formativo da carreira docente, segundo Lins (2011), por isso, podemos considerá-lo um instrumento de profissionalização e, conseqüentemente, de definição da profissionalidade do professor. No entanto, Gatti (2009) aponta algumas lacunas em relação à qualidade e validade que estes vislumbram como processo de ingresso do professor. A partir da análise de 138 concursos públicos para professores das séries iniciais, de português, de matemática e de ciências no Brasil nos anos de 2002 à 2008, a pesquisadora observou que os certames priorizavam questões relativas à legislação e normas, com pequena parte sobre questões pedagógicas e conteúdos específicos da educação básica. E esses apresentam, também, poucas questões sobre os fundamentos da educação, além da ausência de questões sobre a prática docente, à didática e às metodologias de ensino.

Reconhecendo esses déficits no processo de seleção para a carreira do magistério e tendo esse e as condições de emprego e trabalho como critérios primordiais para o ingresso e permanência dos profissionais que buscam ser professor, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) instituiu o Exame Nacional para Ingresso na Carreira Docente (Portaria nº 3, de 2 de março de 2011). Esse exame corresponde a uma avaliação de conhecimentos, competências e habilidades que subsidiará os estados, Distrito Federal e municípios na realização de concurso públicos para a contratação de docentes da educação básica, além de “proporcionar parâmetros para a auto avaliação dos candidatos à docência e oferecer informações para *auxiliar* a formulação e a avaliação das políticas públicas de formação inicial e continuada de docentes” (*grifo nosso*, BRASIL, 2011).

O exame ocorrerá com periodicidade anual e aplicação descentralizada, a qual atenderá, num primeiro momento, os candidatos para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, no 4º parágrafo único diz que “cabe ao ente federativo definir a utilização dos resultados do Exame como mecanismo único ou complementar de seleção em seus próprios editais de concurso público para admissão de docentes” (BRASIL, 2011).

Ele conta com uma matriz de referência, essa apresenta um conjunto de conhecimentos necessários ao ingressante da carreira do magistério organizado em dois eixos: dos conhecimentos e de processos. O eixo dos conhecimentos é organizado nos seguintes blocos: fundamentos da educação; políticas educacionais; organização e gestão do trabalho pedagógico; desenvolvimento e aprendizagem; língua portuguesa e o seu ensino; matemática e o seu ensino; história e o seu ensino; geografia e o seu ensino; ciência e o seu ensino; educação física e o seu ensino; arte e o seu ensino. Esses conhecimentos encontram-se articulados com o eixo dos processos, os quais funcionam como operacionalizador da Matriz de Referência. São eles:

1. A articulação de conhecimentos para compreensão de aspectos culturais, ambientais, políticos, econômicos, científicos e tecnológicos da sociedade contemporânea;
2. A promoção de ações de inclusão, de valorização da diversidade e singularidade dos alunos e de respeito aos direitos educativos no contexto da comunidade escolar;
3. O planejamento do trabalho pedagógico para orientar os processos de construção de conhecimento;
4. O desenvolvimento de metodologias e recursos pertinentes para alcançar os objetivos do trabalho pedagógico;
5. A organização de procedimentos avaliativos que permitam reorientar a prática educacional;
6. A comunicação com coerência e coesão por meio de textos escritos (BRASIL, 2011).

Tal perspectiva de seleção para a carreira docente reflete a imagem de um Estado-regulador e avaliador, o qual busca selecionar o profissional “ideal” a partir de uma mensuração padronizada de características e competências. Tal processo, atende apenas à

função avaliativa do concurso para professores, apagando o seu caráter formativo, o qual é fortemente reivindicado pelos sujeitos envolvidos com a educação.

Diante de tal caracterização, tanto do concurso público para docente no Brasil como do Exame Nacional para Ingresso na Carreira Docente, ficam os seguintes questionamentos: A que perfil de profissional esses *corpus* de conhecimentos se refere? Qual profissional eles buscam selecionar?

Partindo do pressuposto que o concurso público não deve ser visto como uma mera formalidade, mas, esse deve apresentar, de forma clara, o perfil de profissional que se pretende selecionar, buscando-se instituir uma sólida aproximação entre este profissional selecionado e seus saberes com os requerimentos próprios do seu exercício profissional. E tendo a formação de professores como um processo em constante continuidade de apropriação e reconfiguração dos conhecimentos e o período inicial como um momento importante para o tornar-se professor, reconhecemos que o aspecto se complexifica ainda mais quando estamos destacando o professor que atuará nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que terá a demanda de lecionar as diferentes áreas de conhecimento, ou seja, professor polivalente. Por isso, desta feita, teremos como objetivos:

1. Levantar as teses e dissertações produzidas no período 2006 à 2014 que versem sobre concursos públicos para docentes;
2. Analisar sob quais perspectivas os concursos públicos para docente tem sido estudados;
3. E analisar as aproximações e distanciamentos dos conhecimentos exigidos em concursos públicos e a profissionalidade do professor polivalente.

Para analisarmos a produção de estudos sobre concursos públicos para professores da Educação Básica e as relações entre o processo de seleção com a construção da profissionalidade polivalente desse professor, primeiramente mapeamos as principais perspectivas de estudos produzidas sobre *concurso público para professor da Educação Básica*. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico de teses publicadas no período de 2006 à 2014 que versavam sobre o concurso público para professor na educação básica. O período selecionado se deu por conta da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia (DCNP), Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 1 de 2006, momento em que a habilitação e o exercício do professor pedagogo de lecionar as diversas áreas de conhecimento do currículo da Educação Básica foi consolidada.

Num segundo momento, foi realizada uma análise documental dos editais e provas de concursos públicos do Distrito Federal dentro do período de 1996 a 2014. O período selecionado tem como marco a LDBEN e, conseqüentemente, o ingresso exclusivo a carreira docente da rede pública por meio de concurso público de provas e títulos. Para tanto, foi realizado um levantamento de editais dos concursos públicos realizados dentro desse período nos *sites* das empresas realizadoras e em arquivos eletrônicos em busca de identificar os conteúdos presentes nos editais e a relação com a concepção de professores polivalentes nos anos iniciais do ensino fundamental neles apresentados.

Inicialmente, foi realizada uma abordagem quantitativa dos dados, ou seja, o uso dos dados numéricos, os quais foram confrontados com as literaturas acadêmicas e oficiais sobre a polivalência e sobre o concurso público para a produção de uma análise qualitativa da temática.

Espera-se, ao final desse trabalho, consolidar, sistematizar, reunir e analisar os principais aspectos sobre concurso para a carreira docente na Educação Básica, principalmente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e sua relevância para o processo de profissionalização e formação da profissionalidade polivalente do professor ingressante na rede de ensino do Distrito Federal, visando contribuir para a ampliação desse debate, ainda pouco presente no campo da Educação.

1 CAPÍTULO 1. PROFISSÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E POLIVALÊNCIA: DIÁLOGOS COM O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Segundo Nóvoa (1987), a profissionalização docente inicia-se no momento que o Estado moderno observa, nos professores, a voz de novos dispositivos de escolarização. Um dos dispositivos desse processo é o concurso público. Este cria um corpo de saberes e técnicas os quais definem, delimitam e qualificam os professores como o grupo profissional que apresenta como atividade principal o ensino.

Profissão é a expressão de “uma função social que, para se afirmar como tal, define para si um conjunto de saberes com alto grau de especialização” (CRUZ, 2012, p. 70). Esse termo carrega consigo um conteúdo ideológico e uma carga social de profissional ideal, o qual pode vir a influenciar a atividade do trabalhador. Segundo Loureiro (2001 apud CRUZ, 2012, p.70)⁷, “a construção de definições analíticas sobre o conceito de profissão e, consequentemente, de seu desenvolvimento, conduziu à formulação do conceito de profissionalização”, o qual constitui espaço em que o exercício profissional do professor ocorre. Para Ramalho; Nunez; Gauthier (2006), a profissionalização é o desenvolvimento sistemático da profissão: a prática, mobilização/atuação de conhecimentos especializados e aperfeiçoamento das competências para a atividade profissional. Logo, constitui num processo maior de crescimento na perspectiva de desenvolvimento profissional. Segundo Ramalho; Nunez; Gauthier⁸ a profissionalização possui um aspecto interno, a profissionalidade, e outro externo, o professionismo, os quais se articulam de forma dialética.

Para esses autores, a profissionalidade seria a aquisição de conhecimentos e habilidades associado aos modos de o profissional desenvolver suas ações e de se colocar na profissão necessária para a atividade, reconhecimento e valorização do exercício profissional docente. Logo, ela corresponde a um “caráter profissional de uma atividade” socialmente construído que permite distinguir uma profissão dentre os muitos tipos de atividades da vida social, segundo Barisi (1982 apud Cruz, 2012)⁹ e Roldão (2005 apud Cruz, 2012)¹⁰. Assim, a profissionalidade, de acordo com Sacristán (1999 apud Cruz, 2012)¹¹, pode ser vista como aquilo que é específico na ação profissional. Já o professionismo refere-se a um processo

⁷ LOUREIRO, C. *A docência como profissão*. Portugal: Edições ASA, 2001.

⁸ op. cit

⁹ BARISI, G. *La notion de “professionnalité” pur les syndicats em Italei, L’Emploi enjeux économiques & sociaux. Colloque de Dourdan*, Paris, 1982, p. 379-394

¹⁰ ROLDÃO, M. C. *Bolonha e a profissionalidade docente - perder ou ganhar uma oportunidade histórica?* *Revista de Educação*, Lisboa, vol. XIV, nº 1, 2006, 37-56p.

¹¹ SACRISTÁN, G. *Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores*. In: NÓVOA, António. *Professor professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999.

político de reivindicação de *status* do exercício profissional que os sujeitos desenvolvem frente à sociedade, a fim de legitimar as qualidades específicas e complexas que separam uma profissão da outra, através de um processo de negociação, requerendo, ademais, um processo de formação específica.

Baseamos-nos ainda em Ramalho; Nunez; Guathier¹² para afirmar que a profissionalidade docente é construída através da aquisição de saberes das disciplinas de referência das áreas de conhecimentos e saberes pedagógicos vinculados à prática. Nesse contexto, segundo Duboc e Santos (2005), a profissionalidade é a “profissão em estado de ação”. Ramos (2008), citando Cunha (2006), também assinala a presença de duas facetas interdependentes na profissionalidade. Essas não podem ser reduzidas nem à aquisição de um novo conhecimento, nem à realização de uma ação, mas implica em considerar como o conhecimento adquirido encontra sua expressão na ação.

Dubar (1987) nos apresenta a profissionalidade em duas concepções: a *empírica*, a qual se encontra articulada à noção de competência, qualidades pessoais provenientes da experiência e da personalidade - uma concepção mais subjetiva; e a *científica*, que está ligada a uma noção de qualificação jurídica atestada e hierarquizada pelos títulos escolares – as habilitações e títulos de formação e exercício profissional – os quais configuram uma dimensão social da construção da profissionalidade.

Com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1 de 2006 - momento em que definiram princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados no planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior no país – ficou estabelecido que

o estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização (BRASIL, 2006).

Para tal, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a “ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2006).

Observa-se que a atuação do professor nas séries iniciais do Ensino Fundamental está fortemente marcada pela polivalência, já que a atuação deste profissional está marcada por

¹² op. cit.

uma organização curricular a qual demanda lecionar diferentes áreas de conhecimento do currículo da Educação Básica. Tal característica, passa a ser essa um “elemento constituinte da profissionalidade docente do profissional que atua nessa etapa de escolarização” (CRUZ, 2012) como de sua profissionalização também.

O professor polivalente, segundo Lima (2007), seria o sujeito capaz de apropriar-se de conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento, que compõem atualmente a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e de articulá-los - o que significa um trabalho e atuação interdisciplinar. Dessa forma, a polivalência caracteriza a profissionalidade polivalente, pois, de acordo com Cruz (2012), essa é a característica do professor que, ao atuar em determinado nível de ensino, leciona diversas áreas de conhecimento do currículo da educação básica, a partir de uma relação particular entre os conhecimentos específicos e o conhecimento didático-pedagógico. Segundo a autora, essa relação não é construída de forma isolada, mas recebe influências dos processos de regulação social da profissão e das formas subjetivas do sujeito que se faz professor, pois “reflete a construção cotidiana do professor empreendido em cumprir com o seu ensino, ou seja, do modo como vive sua profissão, que lhe demanda polivalência para lidar com as diversas áreas de conhecimentos e fazer seus alunos aprenderem” (CRUZ, 2012, p. 91).

Dessa relação, depreende-se que o contexto da polivalência na construção da profissionalidade do professor dos anos iniciais se complexifica e ganha contornos interessantes de serem problematizados. No entanto, há uma especificidade na construção e reivindicação dos saberes docentes nesse referido profissional, os quais, segundo Tardif (2000), estão a serviço do ato de ensinar.

De acordo com Cruz (2012), o saber docente expressa os modos e os conhecimentos que os sujeitos constroem/mobilizam numa prática específica, os quais recebem influências dos processos de regulação social da profissão e das formas subjetivas do sujeito que se faz professor. Em contrapartida, Roldão (2005) argumenta, em sua pesquisa, que há uma fragilidade na relação do docente com o saber definidor da atividade e, conseqüentemente, definidor do nível de profissionalidade. A autora afirma que os professores vivem o saber como sinônimo dos conteúdos que ensinam, ou vivem o saber educativo na versão praticista divorciada da teorização e formalização que o saber educacional oferece no campo das ciências da educação, ao invés de dialogar essas duas culturas em presença.

Sendo os saberes o suporte e a condição da atividade docente, segundo Batista Neto (2006), destacamos, em nossa análise, a relação entre os saberes/conhecimentos pedagógicos e saberes/conhecimentos da disciplina de referência. Assim, a partir de Shulman (1986)

consideramos saberes/conhecimentos da disciplina de referência como aqueles relacionados ao domínio do conhecimento próprio da disciplina, contudo, não restritos a fatos e conceito, mas, ampliando-se para a compreensão dos processos de construção epistemológica da área de conhecimento. Para Tardif (2000), esses saberes podem apresentar uma relação de exterioridade com os professores por serem construídos por outro grupo social - especialista das áreas técnicas de gerência de educação e professores universitários - o que distancia esses do cotidiano da ação educativa dos docentes; e da valorização do eixo do conhecimento a ensinar dos saberes disciplinares, em detrimento dos demais saberes integradores da formação e atuação docente.

Já os conhecimentos pedagógicos, são considerados, nesse estudo, a partir de Ramalho; Nunez; Guathier¹³ como constituintes dos fundamentos da identidade profissional do professor, sendo indispensáveis à profissionalização do ensino, referindo-se, assim, às teorias da educação, aos processos de ensino-aprendizagem e aos princípios da organização escolar, permitindo uma melhor compreensão do fenômeno educativo como um todo e seu próprio exercício profissional.

¹³ op. cit.

2 CAPÍTULO 2. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Buscando mapear como a questão do concurso público para professor na educação básica vem sendo caracterizada e discutida nas produções científicas após Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1 de 2006 – momento que se consolida a habilitação do professor formado em Pedagogia de lecionar em diversas áreas do conhecimento (segundo o Art. 4, inciso VI) - foi realizado um levantamento bibliográfico de teses publicadas no período de 2006 à 2014 em três bancos de dados. São eles: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de Teses da Capes e Portal de Periódicos da Capes. Para este trabalho, foram consideradas teses e dissertações completas na área de educação, podendo estar relacionadas com discussões das licenciaturas.

Para a construção do “estado da arte” ou “estado de conhecimento” do tema, realizamos as seguintes etapas:

1. Consulta das teses e dissertações publicadas dentro da temática concurso público no período de 2006-2014 nos sítios eletrônicos dos bancos de dados;
2. Seleção das teses e dissertações que tratam, em seu título e palavras-chaves, da temática “concurso público” para provimento de professor da educação básica;
3. Leitura, fichamento e análise das teses e dissertações completas selecionadas;
4. Classificação das teses e dissertações em categorias de acordo com o assunto discutido;
5. E análise dos dados levantados sobre concurso público para provimento do professor na educação básica.

Gostaria de destacar algumas dificuldades encontradas durante a pesquisa. Apesar do banco de dados apresentarem as teses e dissertações em seus resultados de pesquisa, nem todas elas estavam disponíveis em versão digital ou se tinham acesso pelo *link* indicado. Por isso, acrescentamos na coluna do ano de defesa a categoria sem acesso, já que não temos os dados desses trabalhos.

Após o levantamento na área de educação, foi possível observar que, dos 357 trabalhos publicados no período elegido dentro da temática concurso público (tabela 1), não mais que 7 falam sobre o tema *concurso público professor*, o que significa apenas 1,96% do total (tabela 2).

Tabela 1. Total de teses e dissertações publicadas na temática concurso público nos bancos de dados – 2006 à 2014

Banco de Dados	BDTD	Banco de Teses da Capes	Portal de Periódicos da Capes	Total de Publicações
2006	7		1	8
2007	20		6	26
2008	34		8	42
2009	23		8	31
2010	24		7	31
2011	19	21	3	43
2012	25	32	8	65
2013	29		5	34
2014	5			5
sem acesso	39			39
Total	254	53	50	357

Fonte: LOPES, 2014.

Tabela 2. Comparação total de teses e dissertações publicadas – Concurso Público Professor – 2006 à 2014

Ano de publicação	Total de Publicações com o tema concurso público	Total de Publicações com o tema concurso público professor	Porcentagem (%)
2006	8	1	12,5
2007	26		
2008	42		
2009	31	2	6.45
2010	31		
2011	43	2	4.65
2012	65	1	1.53
2013	34	1	2.9
2014	5		
sem acesso	39		
Total	357	7	1.96

Fonte: LOPES, 2014.

Esses números nos mostram que, mesmo pesquisando num período compreendido entre 2006 a 2014, pouco se tem produzido dentro do tema concurso público para professor, o que reforça a importância de se desenvolver estudos a respeito desse instrumento de seleção de profissionais.

Apresentamos, na tabela 3, a distribuição de trabalhos por banco de dados. Destacamos que nos anos de 2009, 2011 e 2013 um mesmo trabalho repete em um ou mais banco de dados. Por isso, na coluna de total de publicações ele foi considerado apenas uma vez.

Tabela 3. Total de teses e dissertações publicadas na temática concurso público professor nos bancos de dados – 2006 à 2014

Banco de Dados	BDTD	Banco de Teses da Capes	Portal de Periódicos da Capes	Total de Publicações
2006	1			1
2007				
2008				
2009	2		1	2
2010				
2011	1	2	1	2
2012	1			1
2013	1	1		1
2014				
total	6	3	2	7

Fonte: LOPES, 2014.

Do total dos 7 trabalhos selecionados para esta pesquisa, quatro são da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), um da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um da Universidade de São Paulo (USP) e um da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como se pode ver no quadro 1.

Esses trabalhos abordam diversos aspectos que envolvem o estudo do concurso público. Em busca de mapear os assuntos discutidos sobre o tema realizamos uma “análise do conteúdo” dos textos selecionados. Num primeiro momento identificamos o que cada trabalho discutia sobre concurso público, marcando dois grupos de trabalhos: os que abordam o concurso público como eixo central de análise; e os trabalhos que apontam o tema em busca de discutir algo relacionado ao processo de seleção. Já num segundo momento fomos categorizando as discussões apresentadas a partir daquilo que era mais incidente na discussão de cada trabalho. Tal processo nos fez chegar às seguintes categorias: o processo de seleção, a formação do professor e os conhecimentos profissionais; o perfil, imagem e representação do professor nos concursos públicos; e a relação entre concurso público e condições de trabalho docente. A seguir, será apresentado cada trabalho dentro de suas categorias, possibilitando, assim, o mapeamento das discussões sobre concurso público no país.

Quadro 1. Publicações na temática concurso público professor em banco de dados - 2006 à 2014.

Título	Autor	Local	Ano
Concursos, ingresso e profissão docente: um estudo de caso dos professores de história (SP, 2003-2005)	FERREIRA, Marcos Paula	PUC/SP	2006
O bom professor deve...: os discursos dos concursos públicos para professores e professoras da Educação Básica (#)	CAROSSI, Michele	UFRGS	2009
O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos públicos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de História Aprovados (#)	SANTOS, Livia Freitas	PUC/SP	2009
Imagens do professor de língua portuguesa em concursos públicos da Grande São Paulo(#)	BATISTA, Adriana Santos Barzotto	USP	2011
Saberes docentes em provas de concursos públicos para professores de língua portuguesa	LINS, Betânia Maria Lindgton	UFPE	2011
A situação funcional dos professores da rede estadual paulista: problemas de seleção e admissão e dos concursos públicos (1976-2010)	SANTOS, Edson Segamarchi dos	PUC/SP	2012
Concursos públicos de língua portuguesa na rede de ensino do estado de SP: uma análise comparativa dos editais para o ingresso de professores (1992, 1998, 2003) (#)	SANTOS, Idê Moraes dos	PUC/SP	2013

(#) Trabalho aparece em mais de um banco de dado

Fonte: LOPES, 2014.

2.1 O processo de seleção, a formação do professor e os conhecimentos profissionais

Dentre os trabalhos destacados na categoria “O processo de seleção, a formação do professor e os conhecimentos profissionais”, nós temos a dissertação de Santos (2009) que buscou estudar a relação entre concurso público, o processo de profissionalização docente e o perfil sócio-cultural dos professores de História aprovados a partir da análise de dois concursos da Prefeitura do Município de São Paulo. Com base nas teorias de burocracia (WEBER, 2002)¹⁴, profissionalização (NÓVOA, 1996; 1998; 1999)¹⁵ e capital cultural e social, campo e *habitus* (BOURDIEU, 1983; 1998; 2007; 2008)¹⁶, a autora analisou e

¹⁴ WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LCT Editora, 2002.

¹⁵ NÓVOA, António. *Do Mestre- Escola ao Professor do Ensino Primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1986. P. 7-63.

_____. *La professionnalisation enseignante en Europe: analyse historique et sociologique. Histoire & Comparaison: essais sur l'éducation*. Lisboa: Educa, 1998. P. 147-185.

_____. O passado e o presente dos professores. In: *Profissão Professor*. 2ª Ed. Porto: Porto Editora, 1999.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

_____. O capital social. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 65-69.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 71-79.

_____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 81-126.

caracterizou a rede de ensino de São Paulo e sua organização interna da carreira docente, os mecanismos de realização e seleção dos concursos para professor adjunto (2004) e professor titular (2007) do Ensino Fundamental II, além de detectar o perfil sociocultural de uma amostra de 32 docentes de história aprovados a partir da aplicação de questionários.

A pesquisa verificou que, tendo “o concurso como parte da organização racional necessárias às instituições modernas para a profissionalização e especialização dos professores” (SANTOS, 2009, p. 59), o edital torna-se um espaço que se “especificam o capital cultural exigido dos professores, assim como as habilidades que esses devem demonstrar, embora isso não seja avaliado de forma prática, apenas conceitual, através de questões objetivas e dissertativas” (SANTOS, 2009, p. 115-116).

Discutindo também a formação de professores a partir do concurso público, nós temos a dissertação de Lins (2011), a qual buscou analisar as provas objetivas de concursos públicos promovidos pelo Governo de Pernambuco para professor de Língua Portuguesa nos meses de abril e novembro de 2008 para entender o porquê do alto número de reprovação no primeiro concurso e o melhor desempenho no segundo. Para tal, a autora analisou: os conteúdos inscritos nos editais dos dois concursos; as questões do concurso de novembro de 2008; e os documentos oficiais (LDBEN, Diretrizes Curriculares Nacionais/Letras, Diretrizes Curriculares Nacionais/Formação Professor Educação Básica) inscritos nessas; e o índice de acerto por questão.

A autora situou o concurso público como um instrumento de letramento situacional, ou seja, “letramento para o trabalho tomando como referência as práticas de leitura e escrita para o trabalho e no local do trabalho” (KLEIMAN, 2001 apud LINS, 2011, p. 61)¹⁷. No entanto, identifica-se que as instituições encarregadas de realizá-los ainda não consideraram a riqueza que essas provas podem se tornar para o processo formativo do professor, haja vista as possibilidades de definir e contemplar saberes necessários à prática docente que sejam efetivamente relevantes para a atuação do professor e, ao mesmo tempo, de poder contextualizar esses saberes com a atividade-fim a ser realizada, ou seja, o ensino, tornando esse momento de seleção mais significativo para o candidato a professor. Com isso ela inferiu que a melhor de desempenho se deu, exclusivamente, por conta da reorganização de números de questões e peso dessas, não existindo um processo de formação intrínseco nesse processo.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zpuk/Edusp, 2008.

¹⁷ KLEIMAN, A. Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho. In: KLEIMAN, A. (Org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*. Campinas: Mercado de letras, 2001. P. 39-68.

Os dois trabalhos aqui apresentados apontaram lacunas perceptíveis no *corpus* de conhecimentos presentes nos editais e provas de concurso público para a carreira do magistério. Observa-se uma tendência de divisão entre os saberes para a seleção, onde há o predomínio conhecimentos da disciplina de referência, e os saberes necessários para a prática docente. No entanto, tal característica dificulta a “realização de propostas integradoras e de sínteses entre as contribuições que cada um desses saberes pode oferecer à formação e atuação docente” (CRUZ, 2012, p. 105), fazendo com que as matrizes de referência do concurso público não constituam espaços de suporte e de formação para a atuação profissional docente.

2.2 Perfil, imagem e representação do professor nos concursos públicos

Dentro dos trabalhos destacados na categoria “Perfil, imagem e representação do professor nos concursos públicos” nós temos a dissertação de Corrossi (2009) que buscou investigar como a docência era representada nos discursos que circularam nos textos de concurso público para o magistério no país, bem como analisar como devem ser o professor e a professora – suas características, atitudes e ações – de acordo com os regimes de verdade embutidos nos concursos para docentes da Educação Básica. Tendo como base teórica os Estudos Culturais e os estudos foucaltianos, a autora analisou 226 questões de concurso da Educação Básica extraídos de 106 concursos do âmbito federal (2), estadual (21) e municipal (82) no período de 2004 a 2008 e aplicados nas cinco regiões brasileiras. Foram analisadas questões de Conhecimentos Pedagógicos que mencionavam a palavra professor/professora e/ou educador/educadora e outros termos e expressões que aludem à prática docente ora no comando ora no texto que compõem as alternativas de resposta.

A pesquisa apontou que os discursos apresentados nas provas dos concursos para o magistério se direcionaram à produção dogmática de um modelo “ideal” de docente sem levar em consideração os fatores externos que ultrapassam os limites da escola e que interferem significativamente na sala de aula.

Discutindo a imagem do professor de Língua Portuguesa no estado de São Paulo, temos a dissertação de Batista (2011), a qual buscou analisar imagens do professor de língua portuguesa presentes em concursos públicos da Grande São Paulo a partir da análise dos conhecimentos específicos para o professor de língua portuguesa inscritos em 16 editais e cinco provas para professor municipal do ensino fundamental nos anos de 2002 a 2008. A partir do conceito de formações imaginárias advindas da análise de discurso (PÊCHEUX,

1993)¹⁸, a autora buscou lançar um olhar crítico sobre a seleção pública de professores e, principalmente, sobre os “discursos que se constituem a respeito do sujeito para quem o concurso público é direcionado, ou seja, o destinatário candidato à vaga de professor” (BATISTA, 2011, p. 26).

A pesquisa apontou que os institutos de seleção e o município projetam uma imagem de professor estritamente relacionado a sua capacidade de leitura e, conseqüentemente, de manutenção de uma língua oficial. Para tal, essas instituições selecionam questões relacionadas à gramática e ao trabalho com texto, as quais subestimam essa capacidade de leitura do professor e mesclam a imagem do perfil do professor com os conhecimentos esperados para um aluno do ensino fundamental dentro da disciplina língua portuguesa.

Já a dissertação de Santos (2013), buscou delinear o perfil de professor de Língua Portuguesa nos editais de concurso de professores da rede estadual paulista nos anos de 1992, 1998 e 2003 a partir de uma investigação dos documentos nacionais e estaduais inscritos nesses editais na área dos conhecimentos gerais da educação e dos conhecimentos específicos da disciplina Língua Portuguesa. O estudo identificou três perfis de docentes, são eles:

1. Edital de 1992: professor autônomo para elaborar propostas pedagógicas em consonância com as orientações dos Conselhos Deliberativos, sendo assim parte integrante e atuante de um novo projeto de educação. No entanto, sua prática em sala de aula está ligada a uma formação dita tradicional na área da língua portuguesa.
2. Edital de 1998: professor participativo e colaborativo na elaboração da proposta pedagógica, mas é vítima de modelos de avaliações contraproducentes em sua prática de ensino.
3. Edital de 2003: professor sociável, acolhedor, solidário, o qual respeita a diversidade cultural do aluno. No entanto, esse professor não apresenta um ensino de qualidade, apesar de conhecer os mecanismos de avaliação do aluno.

Observa-se que os editais apresentavam o professor ora como ideal e ora como desqualificado para trabalhar na proposta educacional da região. Por isso, o processo de seleção é posto como instrumento de construção da identidade profissional desse professor, a qual tem como base os interesses dos órgãos institucionais, das tendências pedagógicas,

¹⁸ PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). Tradução Jonas de A. Romualdo. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. P. 311-318.

sociais e políticas da época e dos documentos normativos vigentes. Esses buscam legitimar discursos sobre ideal de educação e, consequentemente, de professor.

As pesquisas aqui apresentadas nos mostram a estreita relação entre o processo de seleção e a formação do docente “ideal” para os requerimentos próprios do seu exercício profissional. No momento em que as instituições governamentais, assim como as empresas executoras do concurso, selecionam os saberes, conhecimentos e opções teóricas julgadas relevantes e indispensáveis para o professor que quiser, efetivamente, fazer parte do seu quadro profissional, segundo Corossi (2009), essas lançam espaços dogmáticos de qualificação e de competência profissional, logo, espaços de expressão e aproximação dos conhecimentos exigidos na ação docente.

2.3 Relação concurso público e condições de trabalho docente

Dentro dos trabalhos destacados na categoria “relação concurso público e condições de trabalho docente”, nós temos a dissertação de Ferreira (2006), a qual busca apresentar o perfil do professor ingressante no magistério oficial do estado de São Paulo a partir de uma pesquisa de campo com os professores de História convocados no concurso público realizado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), em 2003. O estudo permitiu apreender: as impressões desse professor ingressante sobre a organização e o instrumento de avaliação utilizado no concurso público, as quais “extrapolam a questão do concurso, sendo possível captar suas representações no que concerne à sua profissão, à sua formação, à escola pública e às políticas implementadas” (FERREIRA, 2006, p. 101); e a instabilidade e insegurança que marcam esse ingresso por conta da distribuição de vagas pela rede estadual de ensino, as quais geram consequências negativas tanto ao professor, que terá que se deslocar de sua região de origem para se efetivar, como para a educação, pois tal processo gera as chamadas “escolas de passagem” e/ou escolas indesejadas, espaços onde não se consolidam um trabalho pedagógico.

Já a dissertação de Santos (2012), buscou compreender os fatores determinantes na situação funcional dos professores da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) a partir da análise do modelo de seleção de admissão de docentes de Educação Física nos anos de 1976 à 2010. Traçando o modelo de seleção e admissão, da situação funcional desses docentes e a relação entre o processo seletivo com a qualidade de ensino oferecida na rede pública estadual, a autora concluiu que o processo de admissão “é composto por aspectos que interferem decisivamente na qualidade da educação oferecida, embora não

sejam diretamente contemplados nos parâmetros avaliados por intermédio da aplicação de provas padronizadas” (SANTOS, 2012, p.148). Por isso, o concurso público, em seus moldes atuais, não está atendendo tanto no plano quantitativo quanto no qualitativo as demandas da escola pública brasileira. Tal característica não é por “falta de recursos humanos disponíveis, mas, sim, a lógica da administração pública do estado que opta por manter professores em situações precárias. Isso soma a outros fatores, consolidando uma realidade negativa na educação.

Os trabalhos aqui apresentados nos permitem observar que apesar do concurso público ser “tão pouco discutido pelo campo da educação” (CARROSSI, 2009, p. 28), o tema é um eixo importante de aprofundamento da profissão e formação docente, da escola e das políticas educacionais. As inconstâncias no processo de seleção docente por todo o país apresentadas nas dissertações aqui levantadas nos mostram que

um concurso público para entrada na carreira docente não pode ser apenas um rito de passagem, mas precisa constituir-se em avaliação consciente e consequente de um(a) profissional. Uma visão de política em ação permite também superar visões tecnicistas fragmentárias e, muitas vezes, ocas, apenas para “cumprir a lei” (GATTI, 2011, p. 157).

O levantamento bibliográfico aqui apresentado nos apresenta a baixa incidência de pesquisas produzidas dentro da temática *concurso público para Educação Básica*. As pesquisas sobre o tema tendem a fazer análises dos conteúdos inscritos nas provas e nos editais dos concursos públicos para docentes, sendo poucos os trabalhos que buscam contextualizar o modelo de seleção e suas implicações na carreira docente. Observa-se, também, uma baixa incidência de trabalhos que buscam analisar o concurso público a partir da caracterização e percepção do professor ingressante.

Dentre os trabalhos levantados, foi ausente a discussão sobre o ingresso do professor formado em Pedagogia, tal constatação, revoga a importância da discussão apresentada neste trabalho em busca de compreender o seu processo de seleção e ingresso na carreira polivalente.

3 CAPÍTULO 3. ESTUDO DOS EDITAIS DO DISTRITO FEDERAL

Em busca de compreender a construção da profissionalidade docente dos pedagogos que têm como habilitação e exercício a incumbência de lecionar as diversas áreas de conhecimento do currículo da Educação Básica, analisarei, nesse capítulo os conteúdos de seleção dos concursos públicos para professor dos anos iniciais no Distrito Federal no período de 1996 a 2014 e sua relação com o exercício polivalente exigido.

Foi realizado um levantamento e caracterização dos concursos públicos do Distrito Federal para o cargo de professor efetivo dos anos iniciais do Ensino Fundamental dentro do período de 1996 a 2014. O levantamento dos editais foi realizado juntamente com a Gerência de Seleção e Provimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e nos sítios eletrônicos das bancas examinadoras. O contato com a Gerência de Seleção e Provimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal se deu por meio de requerimento descrevendo o objetivo da pesquisa e as informações a serem solicitadas - ano do concurso, edital normativo e à banca examinadora ou à instituição. As informações que não foram encontradas na Gerência foram procuradas no Diário Oficial do Distrito Federal disponibilizado em formato digital desde o ano de 2001.

Após o levantamento, constatou-se a realização de seis concursos públicos realizados pelas seguintes instituições: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB) nos anos de 1997, 2002 e 2008; Fundação Getúlio Vargas no ano de 2001; Fundação Universa no ano de 2010; e Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC) no ano de 2013.

Identificado a banca e o ano dos concursos públicos, coletamos os editais dos concursos nos arquivos eletrônicos dessas. Num segundo momento, foi montada uma grande tabela para a sistematização e análise das informações coletadas. Tendo como base a própria organização do documento selecionamos as seguintes categorias para organizar os dados da pesquisa: *titulação exigida; atribuição; etapas; e conhecimentos*.

Observa-se que, dentro do período pesquisado – após aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) realizou, com certa regularidade, os concursos públicos para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, configurando um processo de adequação da realidade às novas normas propostas. Os concursos públicos no Distrito Federal para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental ocorreram dentro de uma média de um concurso a cada três anos, sendo que, entre o concurso de 2002-2008, temos seis (6) anos de diferença. Esses

distanciamentos podem refletir no processo precarização da função docente, uma vez que, além de ser recente a regulamentação de seu ingresso profissional numa carreira estruturada, os intervalos entre os concursos podem dar brecha para a contratação temporária que gera rotatividade e fragiliza a coletividade da categoria por se configurar em um tipo de relação de trabalho com diferenciação entre os direitos que cabem a cada um dos profissionais e com diferentes tipos de contratos de trabalho.

A seguir, apresentaremos as análises dos editais que representaram o *corpus* da pesquisa de acordo com as categorias elegidas e mencionadas acima.

A análise dos editais mostrou duas nomeclaturas diferentes para indicar o cargo de professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos editais de 1997, 2001 e 2002 a nomeclatura usada foi a de *professor de nível 1*. Já nos anos de 2008, 2010 e 2013 a nomeclatura registrada nos editais foi a de *professor da Educação Básica*, porém com a indicação do componente curricular de “atividades”.

Esse termo *atividades* nos pareceu nesses editais como um elemento diferenciador entre o professor que iria atuar nos anos iniciais e aqueles que têm formação com licenciatura em uma área específica de conhecimento do currículo da educação, por exemplo: componente curricular História, componente curricular Geografia e etc. Contudo, ressaltamos que esse termo pode denotar uma permanência na lógica encontrada no Parecer nº 853, de 12 de novembro e pela Resolução nº 8 de 1º de dezembro ambos de 1971. Essa lógica reflete a mudança na formação e atuação docente como consequência da reforma instituída pela lei 5692/71, na qual a organização curricular para as primeiras séries do 1º grau seria por atividades o que, para Cruz (2012, p. 51),

essa indicação legal parece retomar uma visão restrita e praticista do ensino nos anos iniciais de escolarização e denotar a não necessidade de o professor desenvolver um aprofundamento teórico sistematizado, cabendo essa característica apenas para o “professor de disciplina” ou “professor de matéria.

Quadro 2. Titulação exigida nos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013.

Titulação	1997	2001	2002	2008	2010	2013
Magistério (2º grau)	x	x	x		x	x
Licenciatura plena em magistério para séries iniciais (curso de Pedagogia)	x			x		
Licenciatura curta em magistério para classe de alfabetização (curso de Pedagogia)	x					
Licenciatura plena em pedagogia com habilitação específica em séries iniciais		x	x			
Pedagogia com habilitações em magistério para séries iniciais				x	x	x
Pedagogia com habilitação para educação infantil					x	x
Licenciatura plena em Pedagogia (Resolução nº1, 15 de maio de 2006)				x	x	x
Licenciatura plena diversa ou bacharelado acompanhado da complementação pedagógica com habilitação em séries iniciais do Ensino Fundamental (Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997 – CNE/CP)						x

Fonte: LOPES, 2014.

Já a habilitação exigida, altera-se em cada um dos editais, tendo algumas titulações recorrentes. Essa alteração reflete, por conseguinte, o processo de transição de implementação da LDBEN, as modificações nos cursos de Pedagogia durante a elaboração das DCNP e a mudança na formação em nível médio gerada por uma legislação própria produzida no período referente a nossa pesquisa.

No edital de 1997, era necessário o registro expedido pelo órgão fiscalizador do exercício profissional e curso de magistério – 2º grau, licenciatura plena em Magistério para anos iniciais – curso de Pedagogia ou licenciatura curta em Magistério para classes de alfabetização. O edital de 2001 exigia o diploma de curso de Magistério - 2º grau - ou licenciatura em Pedagogia com habilitação específica para séries iniciais. Para ambos os casos, essa indicação viria a existir, pois somente após o ano de 2002 foi que a maioria dos cursos de pedagogia efetivaram as mudanças curriculares para atender às novas exigências legais. Já para os cursos normais as mudanças foram desencadeadas desde o ano de 1999.

No edital de 2002, a exigência era ter o curso de Magistério em ensino médio (antigo 2.º grau) e licenciatura plena em Pedagogia com habilitação para séries iniciais. No edital de 2008, era necessário ter o diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de

licenciatura plena em Pedagogia ou de Pedagogia com habilitação em Magistério para as séries iniciais no caso de candidatos formados até 15 de maio de 2006. Essa última exigência devido exatamente à promulgação das DCNP.

Já no edital de 2010, a exigência era: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Magistério para séries iniciais e (ou) para Educação Infantil, curso de licenciatura plena em Pedagogia que atenda ao inteiro teor da Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006 (DCNP) ou curso de licenciatura plena em Normal Superior. E, no edital de 2013, temos as mesmas exigências de 2010, tendo como acréscimo o diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena diversa ou bacharelado acompanhado da complementação pedagógica com habilitação em séries iniciais do Ensino Fundamental, conforme Resolução nº 02, de 26/06/1997 – CNE/CP.

A análise dos dados revela que há várias habilitações que permitem o exercício do cargo de professor das séries iniciais do Ensino Fundamental no período de 1996 a 2014. Até 2002, havia um predomínio do magistério para o provimento do cargo de professor das séries iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, nos concursos públicos de 2008, 2010 e 2013 – marcados pelas diretrizes do Plano Nacional da Educação (2001) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006) - vemos o predomínio da Licenciatura plena em Pedagogia e suas habilitações. Vale ressaltar que esses são apenas requisitos para investidura do cargo.

Diante do exposto, concluímos que a construção da profissionalidade docente dos professores dos anos iniciais analisada a partir dos editais de seleção para o ingresso na carreira em relação à titulação exigida mostra dois elementos contraditórios: ao mesmo tempo em que demonstra um processo de elevação da formação e de, conseqüentemente, de aprimoramento da profissionalização, desvela, ainda, a permanência de diferentes propostas de formação docente em diferentes lócus que, por conseguinte, podem promover fragilidades em relação aos fundamentos e saberes que formariam o profissional.

O profissional formado em Pedagogia, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (2006), está habilitado a exercer funções de “magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006, art.nº4).

Quadro 3. Atribuições dos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013.

Atribuições	1997	2001	2002	2008	2010	2013
Educação infantil	x	x	x	x	x	x
Ensino Fundamental (1º a 4º série)	x	x	x	x	x	x
Classe 1º segmento do EJA	x			x	x	x
Fase 1 e 2 do supletivo	x					
Educação Especial	x					x

Fonte: LOPES, 2014.

A análise das atribuições dos concursos públicos nos mostra que além da regência de classe da Educação Infantil e Fundamental I - a qual está presente em todos os anos analisados - temos, também, o provimento para: regência de classe do 1º segmento de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos de 1997, 2008, 2010 e 2013; regência de classe da fase 1 e 2 do supletivo no ano de 1997; e regência de classe da Educação Especial no ano de 1997 e 2013.

Vê-se, portanto, que a atuação nos anos iniciais do ensino fundamental ficou consolidada e regulamentada pela via do concurso público. Esse cenário também reflete a própria expansão da universalização do ensino fundamental desencadeada a partir dos anos 1990 gerando, assim, a necessidade de ampliar o número de professores para atuar nas classes dessa etapa de ensino e garantindo, assim, a esses profissionais, todo o respaldo legal que o processo de admissão por concurso público pode ofertar. Reflete, ainda, o que Ramalho, Nunez e Gauthier (2006) destacam sobre a profissionalização caracterizada como um desenvolvimento sistemático da profissão pode ainda, nesse contexto, ampliar o profissionalismo enquanto reconhecimento social da profissional e de busca de valorização profissional.

Quadro 4. Etapas dos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013.

Etapas	1997	2001	2002	2008	2010	2013
Prova objetiva (eliminatória e classificatória)	x	x	x	x	x	x
Avaliação de títulos (classificatória)				x	x	
Avaliação de experiência profissional (classificatória)					x	x

Fonte: LOPES, 2014.

A análise revelou ainda que os concursos organizam-se, majoritariamente, a partir da prova objetiva eliminatória e classificatória.

Nos certames realizados nos anos de 1997, 2001 e 2002, não localizamos nenhum registro da prerrogativa da prova de títulos. Somente identificamos tal informação nos editais dos concursos realizados em 2008, 2010 e 2013, nos quais passam a ser considerada a prova de títulos. Outro destaque a ser feito é que apenas nos concursos de 2010 e 2013 inclui-se na pontuação da prova de títulos a experiência profissional, que consiste em “comprovantes de anos completos de efetivo exercício em atividades de magistério, exercidas no cargo de professor” (UNIVERSA, 2010) “sem sobreposição de tempo, até a data de entrega dos títulos” (IBFC, 2013). Vale ressaltar que a prova de títulos e experiência profissional são apenas de caráter classificatório.

O achado apresenta que, apesar da legislação exigir o ingresso na carreira docente exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos, apenas a partir de 2008 é que o atendimento à prova de títulos foi regulamentada nos editais de ingresso desse profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Já em relação às provas de títulos os anos de 2008, 2010 e 2013 correspondem a: diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado ou certificado/declaração de conclusão de doutorado, acompanhado do histórico do curso, na área específica/componente curricular a que concorre; diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado ou certificado/declaração de conclusão de mestrado, acompanhado do histórico do curso, na área específica/componente curricular a que concorre; certificado de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, ou declaração de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, na área específica/componente curricular a que concorre, com carga horária no mínimo de 360 horas. Todos devem ser de instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério de Educação (MEC).

É válido ressaltar que em todos os anos analisados, os editais referem-se ao provimento de cargo para as séries iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação profissionalizante. Logo, ao referirmos área específica/componente curricular a que concorre nas disciplinas das áreas de conhecimentos da educação básica, por exemplo, Língua Portuguesa, Matemática, História e etc. E, no caso específico da nossa pesquisa, a habilitação e o título correspondente foram aqueles já mencionados nesse texto.

A prova objetiva nos anos de 1997, 2002, 2008 e 2010 é constituída de itens para julgamento, de certo e errado, de acordo com o comando pré-determinado. Já no ano de 2001 e 2013, a prova objetiva é de múltipla escolha, na qual são apresentadas nos itens quatro

alternativas e apenas uma única resposta certa a ser marcada. Essas envolvem conhecimentos determinados pelos editais.

Quadro 5. Conhecimentos exigidos nos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013.

Conhecimentos	1997	2001	2002	2008	2010	2013
Conhecimentos pedagógicos	...	x	x	x	x	x
Conhecimentos específicos	...		x	x	x	x
Língua portuguesa	...	x	x	x	x	x
Matemática	...	x				
Noções de direito administrativo	...			x	x	x
Lei orgânica do DF	...				x	x
Atualidades	...				x	x

Fonte: LOPES, 2014.

Para orientar o candidato, os editais divulgam os conteúdos/conhecimentos exigidos nas provas objetivas. Os editais examinados possuem dois modelos de organização dessa informação: os longos e detalhados nos anos de 2001, 2002, 2008, 2010 e 2013; e os tópicos abrangentes no ano de 1997, como se pode ver no anexo 1. Por essa característica distinta, não foi possível distribuir os conteúdos do concurso de 1997.

Ao analisar a distribuição dos conteúdos, vemos que, em geral, é dividida em dois blocos: conhecimentos básicos (esses conhecimentos destinavam-se a todos os licenciados), onde temos os conhecimentos pedagógicos, língua portuguesa, matemática, noções de direito administrativo, lei orgânica do Distrito Federal (DF) e atualidade; e conhecimentos específicos, ou seja, conhecimentos referentes aos conteúdos das disciplinas do currículo da educação básica e, conseqüentemente, das matérias correspondentes às licenciaturas diversas e no caso do professor dos anos iniciais de escolarização, os diferentes conteúdos das diferentes áreas de conhecimentos: português, matemática, ciências, que aparecem a partir de 2002.

Os conhecimentos pedagógicos exigidos, os quais estão distribuídos na tabela 8, mostram o predomínio de eixos relacionados à didática, metodologia e prática de ensino em todos os concursos. O único diferencial é que nos concursos de 2008, 2010 e 2013 temos o eixo que inclui a lei de diretrizes e base da educação, após 11 anos de sua instituição. Essa característica difere-se um pouco dos achados de Gatti (2009) ao realizarem um estudo sobre os concursos para docentes em cinco capitais brasileiras e identificaram um predomínio de

itens relacionados à legislação da educação brasileira em detrimento dos demais conhecimentos que relacionariam formação e atuação docente.

Quadro 6. Conhecimentos pedagógicos exigidos nos concursos públicos para professores das séries iniciais nos anos de 1997 a 2013.

conhecimentos pedagógicos	1997	2001	2002	2008	2010	2013
Educação, sociedade e prática escolar	...	x	x	x	x	x
Didática e prática educativa	...	x	x			
Tendências pedagógicas na prática escolar	...	x	x	x	x	
Didática e prática histórico-social	...	x	x	x	x	x
A didática na formação do professor	...	x	x	x	x	x
Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo tendências pedagógicas	...	x	x	x	x	x
Dimensões do processo didático na educação básica: ensinar, aprender e avaliar	...					x
Processo ensino/aprendizagem	...	x	x	x	x	x
Relação professor/aluno	...	x	x	x	x	x
Relação teoria-prática	...					x
Relação conteúdo-método	...					x
Relação objetivo-avaliação	...					x
Compromisso social e ético do professor	...	x	x	x	x	x
Componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdo, método, técnicas e meios	...	x	x	x	x	x
Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas	...	x	x	x	x	
Avaliação Educacional: aprendizagem, larga escala e institucional.	...					x
Planejamento escolar - planos: da escola, do ensino da aula.	...	x	x	x	x	
Planejamento e organização do trabalho pedagógico	...					x
Avaliação formativa.	...					x
Fundamentos legais da Educação Inclusiva e o papel do professor	...					x
Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)	...			x	x	x
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução nº 04/2010)	...					x
Base teórica e metodológica do Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota - SEDF	...					x
Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural	...					x
Eixos Estruturantes do Currículo da Educação Básica da SEDF (cidadania, sustentabilidade humana, aprendizagens, diversidade, direitos humanos)	...					x
Perspectivas de Integração dos conteúdos (Princípios epistemológicos do Currículo)	...					x

Planejamento e organização	...					x
Lei de Gestão Democrática (Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012)	...					x

Fonte: LOPES, 2014.

Os conhecimentos específicos exigidos apresentam, em 2002, eixos que abordam os conteúdos das disciplinas da educação básica (língua portuguesa, ciências/programa de saúde; ciências sociais; e matemática) e o processo de ensino-aprendizagem dessas disciplinas. Assim, vê-se que lidar com os processos de ensino-aprendizagem constituiria um conhecimento específico da função docente.

Como exemplos de conhecimentos específicos, no ano de 2002, podemos ver no edital o seguinte:

Ciências: Grandezas físicas; sistemas de unidades; medidas de espaço, de massa, de tempo e seus padrões; empuxo (princípio de Arquimedes); condições de flutuação; temperatura; energia térmica; equilíbrio térmico; calor; processos térmicos e fenômenos naturais (ciclos do ar e da água). Processos luminosos: reflexão, refração. Som: origem do som; natureza do som no ar, meios que transmitem o som; eletricidade e magnetismo: processos de eletrização; imãs. Matéria: propriedades, substâncias simples e compostas. Misturas: métodos de separação. Estrutura atômica: modelo de Rutherford-Bohr. Átomo: estrutura e tipos de átomos. Classificação periódica dos elementos químicos. Ar, água e solo: substâncias mais comuns encontradas. Soluções: concentração em massa. Nomenclatura e classificação dos seres vivos; propriedades e características dos seres vivos. Célula. Vegetais: raiz, caule, folha, flor, fruto. Animais: locomoção, digestão, circulação, respiração, excreção e regulação. O corpo humano. Noções de reprodução e herança genética. Crescimento e desenvolvimento. Relações entre os seres vivos. Papel do homem nas modificações e desequilíbrios ambientais. Higiene e saúde. Questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem de Ciências/Programa de Saúde.

Nos anos de 2008, 2010 e 2013 são acrescidos a esses conhecimentos ditos específicos os eixos que abordam os fundamentos gerais da educação e do sistema educação,

Assim, podemos ver no edital como exemplo de conhecimentos específicos apresentados nos certames dos anos de 2008, 2010 e 2013 o seguinte:

“1. Fundamentos da educação. Relação educação e sociedade: dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica. Bases legais da educação nacional: Constituição da República, LDBEN (Lei nº 9.394/ 96) e Parâmetros Curriculares Nacionais. Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos (apenas no ano de 2013). Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas.

(...)

4. Currículo e construção do conhecimento.

5. Processo de ensino-aprendizagem. Relação professor/aluno Bases psicológicas da aprendizagem. Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação educacional. Metodologia de projetos: um caminho entre a teoria e a prática. Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento. Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar em sua relação com a sociedade concreta. Educação continuada dos profissionais da escola”.

Segundo Ramalho, Nunez e Guathier (2006) a profissionalidade docente seria construída através da aquisição de saberes das disciplinas de referência das áreas de conhecimentos dos saberes pedagógicos vinculados à prática. Dessa forma, vemos que os conhecimentos exigidos nos editais analisados refletiram essa relação entre aqueles conhecimentos, contudo, em alguns anos houve a predominância de um em detrimento de outros: mais os conhecimentos dos conteúdos das disciplinas de referência nos primeiros editais e assumindo o *status* de “específico” e somente nos editais mais recentes os conhecimentos didático-pedagógicos ganham maior relevância.

Destaca-se ainda que foi identificada, ainda sobre a relação entre os conhecimentos das disciplinas de referência e os conhecimentos didático-pedagógicos, uma distinção de peso dado a cada um na pontuação geral da prova. Logo, há uma supervalorização dos conhecimentos específicos sobre os conhecimentos pedagógicos, geralmente relacionados à prática docente. O atributo de “não específico” aos conhecimentos pedagógicos pode sugerir que esses seriam saberes pouco ou não rigoroso e, portanto, de um estatuto epistemológico muito genérico. Batista Neto (2006) indica que tal perspectiva reforça a composição de um quadro, não só de dicotomia entre esses saberes, como, também, de hierarquia de conhecimentos na qual os saberes disciplinares específicos teriam a prevalência. Considera-se, então, que isso dificulta a integração entre os saberes docentes, bem como a promoção da interdisciplinaridade e inclusão e constituição de novas metodologias para o ensino, importantes para a composição da polivalência, de acordo com Lima (2007).

Observa-se, ainda, uma oscilação entre itens que se relacionariam à didática, metodologia e prática de ensino de determinada área de conhecimento. Assim, no concurso de 2001, os conhecimentos da língua portuguesa estariam ligados à

“Leitura, produção e interpretação de texto. O uso do livro didático no ensino da língua portuguesa. Desenvolvimento da linguagem: aspectos psico

e sociolinguísticos. Alfabetização e ensino na língua portuguesa. Construção do processo de significação da linguagem. Análise linguística. Questões relacionadas ao ensino da Língua Portuguesa” (2001).

Enquanto os demais concursos – 2002, 2008, 2010 e 2013 – abordaram os conteúdos da disciplina correspondendo aos conhecimentos curriculares da educação básica, como por exemplo:

“Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras” (2002 e 2008).

“Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Figuras de linguagem. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Formação, classe e emprego de palavras. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Regência nominal e verbal. Equivalência e transformação de estruturas. Paralelismo sintático. Relações de sinonímia e antonímia” (2010 e 2013).

Observa-se que os concursos valorizam o conhecimento formalizado e sistematizado expressando, assim, um movimento importante na constituição da profissionalidade docente. Identificou-se que, nos concursos de 1997, 2001 e 2002, houve o predomínio da indicação dos conhecimentos dos conteúdos a serem lecionados e suas respectivas metodologias. Já nos concursos de 2008, 2010 e 2013, temos o predomínio dos conhecimentos gerais da educação e de seu sistema.

Logo, existe uma forma particular de articulação entre conhecimento do conteúdo específico e conhecimento didático-pedagógico no contexto da polivalência, no entanto, a pesquisa feita aponta que essa característica se encontra distante dos saberes que selecionam os professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Essa organização dos conhecimentos, a hierarquização entre os específicos em detrimento dos pedagógicos, e sua relação com a prática provoca uma relação de exterioridade do professor em relação ao saber, segundo Tardif (2000), criando déficit na afirmação profissional e, conseqüentemente, da profissionalidade.

Ao discutir a construção da profissionalidade polivalente dos professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental a partir dos editais de concurso público para professores titulares, realizados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal nos anos de 1996 a 2013 aponta, segundo Ramalho et al. (2006), que esse conjunto de conhecimentos que

definem um *corpus* de saberes para uma prática profissional específica analisa "o que é" e determina "o que deve ser" a profissão.

Assim, entende-se a profissionalidade polivalente numa perspectiva social a qual integra a profissionalidade científica, ou seja, os saberes dos conhecimentos exigidos nos concursos públicos aos modos de ser e estar na profissão. Inferimos, segundo Lima (2007), que a polivalência não seria apenas operar um somatório de disciplinas, mas envolver-se na especificidade de sua área de atuação e aprofundar a relação entre interdisciplinaridade e polivalência nos anos iniciais. Logo, a construção da profissionalidade polivalente requer um olhar ampliado e esse deve estar presente na formação, seleção e atuação dos professores para um processo de reconhecimento de saberes próprios que o identifiquem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado buscou analisar as formas de ingresso na carreira docente e sua relação com a construção da profissionalidade polivalente do professor que atua nos anos iniciais do ensino fundamental. A partir da produção de estudos sobre concursos públicos para professores da Educação Básica e da relação entre o processo de seleção com a construção dessa profissionalidade, apontamos indícios de que o concurso público corresponde a um movimento importante para a profissionalização docente, mas pouco são os investimentos para constituí-lo como “uma avaliação consciente e consequente de um(a) profissional” (GATTI, 2011, p. 157).

O mapeamento das perspectivas de estudo sobre concurso público para Educação Básica em teses e dissertações produzidas na área de Educação nos mostra uma baixa incidência de trabalhos produzidos dentro da temática, além de um predomínio de análises dos conteúdos inscritos nas provas e nos editais dos concursos públicos para docentes, sendo poucos os trabalhos que buscam contextualizar o modelo de seleção e suas implicações na carreira docente e analisar o concurso público a partir da caracterização e percepção do professor ingressante.

Com o mapeamento, foi possível identificar três categorias de estudo, são elas: o processo de seleção, a formação do professor e os conhecimentos profissionais; o perfil, imagem e representação do professor nos concursos públicos; e a relação entre concurso público e condições de trabalho docente. Na categoria o processo de seleção, a formação do professor e os conhecimentos profissionais, observamos que existem lacunas perceptíveis no *corpus* de conhecimentos presentes nos editais e provas de concurso público para a carreira do magistério, os quais tendem dividir os saberes entre aqueles destinados para a seleção, onde há o predomínio de conhecimentos da disciplina de referência, e os saberes necessários para atuação profissional. Tal característica, dificulta a “realização de propostas integradoras e de sínteses entre as contribuições que cada um desses saberes pode oferecer à formação e atuação docente” (CRUZ, 2012, p. 105).

A segunda categoria, o perfil, imagem e representação do professor nos concursos públicos, nos apresenta uma estreita relação dogmática entre o processo de seleção e a formação do docente “ideal” para os requerimentos próprios do exercício profissional a partir de espaços de qualificação e competências profissional julgadas relevantes e indispensáveis para o professor que quiser, efetivamente, fazer parte do quadro profissional (COROSSI, 2009, p. 28) da rede de ensino.

Já a categoria relação entre concurso público e condições de trabalho docente, nos permite observar que apesar do concurso público ser “tão pouco discutido pelo campo da educação” (CARROSSI, 2009), o tema é um eixo importante de análise da condição docente dentro da rede de ensino, já que as inconstâncias no processo de seleção docente por todo o país apresentadas nas teses e dissertações apresentadas nos mostram que o concurso público não constitui apenas um rito de passagem, e, sim, uma avaliação formativa de um(a) profissional.

Um ponto importante a ser destacado aqui é a ausência de discussão sobre o processo de seleção do professor para as séries iniciais do Ensino Fundamental, constatação a qual revoga a importância de compreender o processo de seleção e ingresso na carreira polivalente desse profissional. Observando essa ausência de discussão sobre esse professor e reconhecendo o concurso público como instrumento de profissionalização docente, fomos buscar entender as aproximações e distanciamentos dos conhecimentos exigidos em concursos públicos e o processo de formação da profissionalidade do professor polivalente a partir de uma análise documental dos editais de concursos públicos nos anos de 1996 à 2014 no Distrito Federal.

Os processos de seleção para a carreira docente buscam, em seus instrumentos, a expressão de uma seleção racional e democrática. Tal processo ocorre, segundo Santos (2012), pela necessidade do Estado atender às demandas sociais por educação historicamente estabelecidas e fazer com que o sistema educacional funcione. No entanto, esse processo gera efeitos específicos sobre a educação e, consequentemente, sobre as políticas de formação e atuação docente.

A análise dos conteúdos de seleção dos concursos públicos para professor dos anos iniciais no Distrito Federal no período de 1996 a 2014 indica a

falta de uma política clara, nos diversos níveis de gestão de educação básica, sobre o que se espera, como condição inicial, dos professores nas respectivas redes. Não é, pois, uma questão meramente técnica, uma vez que envolve posição sobre finalidades, os objetivos e processos esperados para o desenvolvimento da educação básica, em cada um dos níveis, os quais demandam profissionais com certas características. (...) Essas posturas fazem parte de uma política educacional situada, com intencionalidades claras (GATTI, 2011, p. 157).

Logo, o *corpus* de conhecimentos formalizado e sistematizado nos editais apresentam-se como um movimento importante na constituição da profissionalidade polivalente do docente, pois, segundo Carossi (2009), esses saberes “tem por efeito e função

modificar, reformar e transformar os modos de ser, de pensar e de agir dos indivíduos” já que “tais crenças podem ser incorporadas na atividade do profissional selecionado” (BATISTA, 2011, p. 82).

No entanto, a profissionalidade polivalente dentro de uma perspectiva social a qual integra a profissionalidade científica, ou seja, os saberes dos conhecimentos exigidos nos concursos públicos contextualizados aos modos de ser e estar na profissão, nos mostra que a polivalência não seria apenas operar um somatório de disciplinas, mas, sim, envolver-se na especificidade de sua área de atuação e aprofundar a relação entre interdisciplinaridade e polivalência nos anos iniciais do ensino fundamental, superando, assim, a ideia de concurso público como um mero processo casuístico, os quais geram consequências negativas tanto para educação como para a formação desse professor.

Logo, a construção da profissionalidade polivalente requer um olhar ampliado e esse deve estar presente na formação, seleção e atuação dos professores para um processo de reconhecimento de saberes próprios que o identifiquem e que se expressem na ação.

Mas espera... aqui não se finda esse assunto, há muito mais para se aprofundar. Como esses conhecimentos exigidos se refletem nas provas? Quais as relações entre o processo seletivo e a organização da carreira docente na rede de ensino do Distrito Federal? Quais são as percepções do professor sobre o seu processo de seleção? Qual a relação entre os conhecimentos exigidos no concurso público e atuação do docente em seus primeiros anos de magistério? Perguntas a serem respondidas em pesquisas futuras em busca de mudanças no processo profissionalização docente no Brasil.

PARTE III. PERSPECTIVAS FUTURAS

Confesso que tentei fugir desse momento, onde tenho que dizer o que acontecerá comigo daqui pra frente. Não por falta de curiosidade, mas o novo e o seu mistério faz florescer medos e expectativas os quais não gosto de enfrentar diretamente. Mas me apego à coragem para dizer estas palavras.

Sempre desejei que o tempo jamais apagasse o brilho que carrego em meus olhos. Um brilho alimentado por grandes sonhos. Sonhar nunca foi perigoso, o perigo reside em não realizá-los. Reconheço que chego ao final de mais uma etapa e logo ali em frente outra me espera: a da atuação profissional.

Ao longo da graduação, tracei algumas possibilidades, mas não quero me agarrar a elas. Por isso, para esse novo começo tenho a seguinte orientação: sucesso. Aquele sucesso que me permita

rir muito e com frequência; ganhar o respeito de pessoas inteligentes e o afeto das crianças; merecer a consideração de críticos honestos e suportar a traição de falsos amigos; apreciar a beleza, encontrar o melhor nos outros; deixar o mundo um pouco melhor, seja por uma saudável criança, um canteiro de jardim ou uma redimida condição social; saber que ao menos uma vida respirou mais fácil porque você viveu (EMERSON, s.d.).

Espero que oportunidades de ser tudo isso surjam nos lugares que entreguei meu currículo, em minha formação continuada como professora e em meus estudos para conquistar o serviço público que tanto almejo. E que essas estejam acompanhadas de muitas aventuras por mim e pelo mundo em busca das respostas para as minhas eternas perguntas.

Nisso reside a melhor perspectiva para o meu futuro, o meu segredo para continuar alimentando os meus sonhos e o meu desejo de dar o melhor de mim onde quer que eu esteja.

REFERENCIAS

BARISI, G. *La notion de “profissionalité” pur lès syndicats em italei, l’emploi enjeux économiques & sociaux*. Colloque de dourdan, Paris, 1982, p. 379-394.

BARROS, Wellington Pacheco. *Direito administrativo: concurso público*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BATISTA, Adriana Santos. *Imagens do professor de língua portuguesa em concursos públicos da Grande São Paulo*. 2011. 146 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BATISTA NETO, José. *A constituição da História como disciplina escolar*. In: **Projeto**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 16-21, 2000.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 1934.

_____. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, 10 de novembro de 1937.

_____. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, 18 de setembro de 1946.

_____. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 24 de janeiro de 1967.

_____. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Brasília, DF, 1971.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. *Institui as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. *Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura*. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 3, de 2 de março de 2011. *Institui a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente*. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de março de 2011, Seção I, p. 9.

CAROSSO, Michele. *“O bom professor deve...”*: os discursos dos concursos públicos para professores e professoras da Educação Básica. 2009. 94 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. *A construção da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental: as práticas e os sentidos atribuídos às práticas por professoras da rede municipal de ensino do Recife*. 2012. Tese (Doutorado em Educação).

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

DUBOC, Maria José Oliveira; SANTOS, Solange Mary Moreira. A construção da profissionalidade: um olhar sobre o saber dos professores no exercício da profissão. In: *XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste*. 2005, Belém. Educação, Ciência e Desenvolvimento Social. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005. v. 07.

FERREIRA, Marcos Paulo. *Concurso, ingresso e profissão docente: um estudo de caso dos professores de História (São Paulo, 2003-2005)*. 2006.147 p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

INEP. *Matriz de referência da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. INEP/MEC: 13 de abril de 2011.

GATTI, Bernadete Angelina. *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas*. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

_____. *O início da carreira docente no Brasil: formas de entrada, primeiras experiências profissionais e políticas educacionais*. Chile: FCC, 2012.

_____. *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.300 p

LIMA, Vanda Moreira Machado. *Formação do professor polivalente e os saberes docentes: um estudo a partir de escolas públicas*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LINS, Betânia Maria Lindgton. *Saberes docentes em provas de concursos públicos para professores de língua portuguesa*. 2011. 177p. Dissertação (Mestrado em Educação).

LOUREIRO FILHO, Lair da Silva. *Guia do concurso público*. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

NÓVOA, Antonio. *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII–XX siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 v., 1987.

RAMALHO, Betânia Leite; NUNEZ, Isauro Beltrán; GUATHIER, Clermont. *Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ROLDÃO, Maria do Céu. *Profissionalidade docente em análise - especificidades dos ensinos superior e não superior. Nuances: estudos sobre educação*. São Paulo, Ano XI, v. 12, n.13, jan/dez, 2005. 105-126p.

SANTOS, Edson Segamarchi dos. *A situação funcional dos professores da rede estadual paulista: problemas de seleção e admissão e dos concursos públicos (1976-2010)*. 2012. 168

p. Tese (Doutorado em educação: história, política e sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Livia Freitas. *O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos públicos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de História Aprovados*. 2009. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Idê Moraes dos. *Concursos Públicos de Língua portuguesa na rede de ensino do estado de São Paulo: uma análise comparativa dos editais para o ingresso de professores (1992, 1998, 2003)*. 2013. 137 p. Dissertação (mestrado em educação: história, política, sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SHULMAN, Lee S.. *Knowledge and teaching: Foundations of the new reform*. Harvard Educational Review. Cambridge, Massachusetts, nº 1, vol. 57, febr. 1987, p. 1-22.

TARDIF, Maurice. *Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários*. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, jan/fev/mar/abril, 2000, nº 13.

UNESCO. *Plano nacional de educação*. Brasília: Senado Federal, 2001.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *Histórias da profissão docente do Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009. 234 p.

ANEXOS

Anexo I. Edital Concurso Público para provimento de cargos na carreira de magistério público do Distrito Federal de 1997

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS NA CARREIRA DE
MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
EDITAL N.º 1/97 - FEDF, DE 21 DE AGOSTO DE 1997

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas leis n.º 6.366, de 15/10/76, n.º 66 (DF), de 18/12/89 e n.º 108 (DF), de 20/6/90, e na Resolução s/nº, de 21 de agosto de 1997, do Conselho de Política de Pessoal da Secretaria de Administração, torna pública a abertura de inscrições para concurso de ingresso na Classe Única, Padrão Inicial, dos Cargos de Professor Níveis 1, 2 e 3, da Carreira de Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O concurso será regido por este Edital, coordenado pela Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, executado pelo CESPE — Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília — UnB e realizado simultaneamente nas cidades de Brasília/DF, Goiânia/GO, Uberlândia/MG, São Paulo/SP, Recife/PE e Rio de Janeiro/RJ.

1.2 - A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá o exame de conhecimentos mediante aplicação de Provas objetivas, Oral e Prática, observadas as peculiaridades de cada cargo/atividade/disciplina.

2 - DOS CARGOS

2.1 - As vagas são oferecidas de acordo com o cargo/atividade/disciplina, conforme o disposto a seguir:

2.1.1 - CARGO: PROFESSOR NÍVEL 1

2.1.1.1 - REMUNERAÇÃO: R\$ 377,35 (trezentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos)

2.1.1.2 - TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)

ATIVIDADES:	N.º DE VAGAS
Pré-Escolar à 4.ª série	1.200
Pré-Escolar à 2.ª série	206

2.1.2 - CARGO: PROFESSOR NÍVEL 2

2.1.2.1 - REMUNERAÇÃO: R\$ 431,20 (quatrocentos e trinta e um reais e vinte centavos)

2.1.2.2 - TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 30,00 (trinta reais)

DISCIPLINAS:	N.º DE VAGAS
Ciências Físicas e Biológicas - CFB	530
Educação Artística	150
Inglês	93
Matemática	600
Português	100

2.1.3 - CARGO: PROFESSOR NÍVEL 3

2.1.3.1 - REMUNERAÇÃO: R\$ 497,31 (quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos)

2.1.3.2 - TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 30,00 (trinta reais)

DISCIPLINAS:	N.º DE VAGAS
Biologia	72
Contabilidade	08
Didática	05
Economia	05
Educação Artística: Artes Cênicas	05
Educação Artística: Artes Plásticas	10
Eletrônica	15
Enfermagem	11
Espanhol	08
Estatística	05
Física	139
Francês	10
Inglês	59
Matemática	130
Música/Fagote	01
Música/Saxofone	01
Música/Trombone	01

Música/Trompete	01
Música/Tuba	01
Português	66
Processamento de Dados	15
Química	133

2.2 — JORNADA DE TRABALHO: A carga horária de trabalho, para todos os cargos, será de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o disposto no Artigo 8.º da Lei n.º 66 (DF), de 18/12/89, e poderá, após a investidura no cargo, ser ampliada para 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o interesse do servidor e as necessidades da FEDF, na forma do parágrafo primeiro do Artigo 8º da Lei supracitada. A remuneração referente às, 40 (quarenta) horas semanais, com dedicação exclusiva, será de:

2.2.1 — R\$ 735,96, para Professor Nível 1.

2.2.2 — R\$ 864,80, para Professor Nível 2.

2.2.3 — R\$ 1.022,98, para Professor Nível 3.

2.3 — Das vagas destinadas a cada atividade/disciplina, 20% (vinte por cento), computadas isoladamente, serão reservadas aos candidatos deficientes amparados pelo Art. 1.º, da Lei n.º 160, de 2 de setembro de 1991.

2.3.1 — Os candidatos deficientes aprovados no concurso integrarão uma listagem classificatória distinta, mas constarão também da lista geral de classificação, para a hipótese da não-qualificação como deficiente, quando submetidos à inspeção médica, nos termos da Lei.

2.4 — Não se aplica a reserva de vagas determinada no subitem 2.3 às disciplinas que ofereçam menos de 3 (três) vagas.

2.5 — Na aplicação do percentual a que se refere o subitem 2.3 deste Edital, quando o resultado for fração de um número inteiro, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente posterior, se a parte fracionária for igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos) e para o número inteiro imediatamente anterior, se a parte fracionária for inferior a 0,5 (cinco décimos).

2.6 — Para efeito deste concurso, consideram-se deficiências que asseguram o direito de concorrer às vagas reservadas na forma do subitem 2.3 somente aquelas conceituadas na medicina especializada e de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos.

2.7 — Serão revertidas para a classificação geral as vagas reservadas aos candidatos inscritos na condição de portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidato, ou no caso de reprovação dos mesmos.

2.8 — O candidato portador de deficiência aprovado no concurso será convocado para ser submetido à avaliação médica, por junta médica oficial da FEDF, que emitirá parecer concluindo sobre sua qualificação como deficiente e sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício do cargo.

2.9 — A inobservância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3 — DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA

3.1 — Os candidatos aprovados no concurso serão investidos nos cargos/atividades/disciplinas aos quais concorreram, se atendidos os seguintes requisitos básicos:

3.1.1 — Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos nos termos do Art. 12, Parágrafo 1.º da Constituição e dos Decretos n.ºs 70.391/72 e 70.436/72;

3.1.2 — Gozar dos direitos políticos;

3.1.3 — Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares.

3.1.4 — Ter idade mínima de 18 anos completos na data da contratação.

3.1.5 — Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

3.1.6 — Possuir, no que couber a cada disciplina, a habilitação específica, o registro expedido pelo órgão fiscalizador do exercício profissional e o grau de escolaridade a seguir indicados:

a) Professor Nível 1: 2.º grau completo, obtido em curso de magistério para atuar em atividades de pré-escolar ou de 1.ª à 4.ª séries; magistério para as séries iniciais do 1.º grau, obtido em curso de Pedagogia - Licenciatura Plena, para atuar em atividades de pré-escolar ou de 1.ª à 4.ª séries; magistério para classes de alfabetização, obtido em curso de Pedagogia - Licenciatura Curta, para atuar em atividade de pré-escolar ou de 1.ª e 2.ª séries.

b) Professor Nível 2: Licenciatura de 1.º grau de Curta Duração, ou Licenciatura Plena com habilitação específica ou registro "E" na disciplina a que deseja concorrer;

c) Professor Nível 3: Licenciatura Plena com habilitação específica ou Registro "E" na disciplina a que deseja concorrer.

3.1.7 — A comprovação da Licenciatura/Habilitação/Registro relativa às diversas atividades/disciplinas obedecerá ao disposto a seguir:

OPÇÃO	ATIVIDADE/DISCIPLINA	LICENCIATURA/HABILITAÇÃO/REGISTRO
PROFESSOR NÍVEL 1		
01	Atividades de pré-escolar e de 1. ^a à 4. ^a séries	• Curso de Magistério - 2.^o grau • Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena em Magistério para as séries iniciais
02	Atividades de pré-escolar à 2. ^a série	• Curso de Magistério - 2.^o Grau. • Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena em Magistério para as séries iniciais • Pedagogia - Licenciatura Curta em Magistério para classes de alfabetização
PROFESSOR NÍVEL 2		
03	Ciências Físicas e Biológicas	• Ciências Físicas e Biológicas - Licenciatura Curta ou Plena • História Natural - Licenciatura Plena • Ciências Biológicas - Licenciatura Plena
04	Educação Artística	• Educação Artística - Licenciatura Curta ou Plena
05	Inglês	• Letras - Licenciatura Curta ou Plena / Habilitação em Inglês ou Registro "E" (Portaria n.º 166/85 - MEC)
06	Matemática	• Matemática - Licenciatura Curta ou Plena • Biologia - Licenciatura Plena/Habilitação em Matemática • Física - Licenciatura Plena/Habilitação em Matemática 1.^o grau • Química - Licenciatura Plena/Habilitação em Matemática 1.^o grau
07	Português	• Letras - Licenciatura Curta ou Plena / Habilitação em Português
PROFESSOR NÍVEL 3		
08	Educação Artística: Artes Plásticas	• Educação Artística - Licenciatura Plena / Habilitação em Artes Plásticas
09	Educação Artística: Artes Cênicas	• Educação Artística - Licenciatura Plena / Habilitação em Artes Cênicas
10	Biologia	• Biologia - Licenciatura Plena • Ciências Biológicas - Licenciatura Plena • História Natural - Licenciatura Plena
11	Eletrônica	• Engenharia Elétrica / Esquema I • Engenharia Eletrônica / Esquema I
12	Espanhol	• Letras - Licenciatura Plena / Habilitação em Espanhol ou Registro "E" (Portaria n.º 166/85 MEC)
13	Estatística	• Estatística / Esquema I • Administração / Esquema I / Habilitação em Estatística • Contabilidade / Esquema I / Habilitação em Estatística • Economia / Esquema I / Habilitação em Estatística
14	Física	• Física - Licenciatura Plena • Matemática - Licenciatura Plena / Habilitação em Física • Ciências - Licenciatura Plena / Habilitação em Física • Química - Licenciatura Plena / Habilitação em Física
15	Francês	• Letras - Licenciatura Plena / Habilitação em Francês ou Registro "E" (Portaria n.º 166/85 - MEC)
16	Inglês	• Letras - Licenciatura Plena / Habilitação em Inglês ou Registro "E" (Portaria n.º 166/85 - MEC)
17	Matemática	• Matemática - Licenciatura Plena • Ciências Físicas - Licenciatura Plena/Habilitação em Matemática • Física - Licenciatura Plena / Habilitação em Matemática
18	Música/Instrumento	• Educação Artística - Licenciatura Plena/ Habilitação em

		Música Música - Licenciatura Plena ou registro específico expedido pelo Centro de Artes da UNIRIO - Portaria n.º 475/88 do MEC.
19	Química	- Química - Licenciatura Plena - Ciências Físicas - Licenciatura Plena/Habilitação em Química
20	Processamento de Dados	Processamento de Dados / Esquema I
21	Português	Letras - Licenciatura Plena/Habilitação em Português
22	Contabilidade	Contabilidade/Esquema 1
23	Economia	Economia/Esquema 1
24	Enfermagem	Enfermagem/Licenciatura Plena
25	Didática	Pedagogia - Licenciatura Plena / Habilitação para o Magistério

3.2 — Os requisitos exigidos no item 3.1.7 deverão ser comprovados por ocasião da convocação dos candidatos para a investidura no cargo. Os demais requisitos exigidos neste Edital deverão ser comprovados no momento da posse.

4 - DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS

4.1 - PROFESSOR NÍVEL 1: desenvolver atividades de regência de classe, coordenação pedagógica e pesquisa-ação referentes à prática pedagógica na Educação Básica Infantil, Educação Fundamental / 1.ª e 2.ª Fases de Formação, 3.ª e 4.ª séries, Educação Básica de Jovens e Adultos / Fases 1 e 2 do Ensino Supletivo e Educação Especial para alunos Portadores de Necessidades Especiais Educativas.

4.2 - PROFESSOR NÍVEL 2: desenvolver atividades de regência de classe, coordenação pedagógica e pesquisa-ação referentes à prática pedagógica na Educação Básica Fundamental / 2.ª e 3.ª Fases de Formação e/ou 5.ª a 8.ª séries, Educação Básica de Jovens e Adultos / Fase 3 do Ensino Supletivo e Educação Especial para alunos Portadores de Necessidades Especiais Educativas.

4.3 - PROFESSOR NÍVEL 3: desenvolver atividades de regência de classe, coordenação pedagógica e pesquisa-ação referentes à prática pedagógica na Educação Básica Média e na Educação Básica de Jovens e Adultos / Fase 4 do Ensino Supletivo.

5 - DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO

5.1 — O valor da taxa de inscrição, de acordo com cargo pretendido, deverá ser depositado em favor do CESPE/UnB - Concurso FEDF, em qualquer agência do BRB - Banco de Brasília S/A, na conta n.º 870.101-9, Agência 219. Haverá, no local de inscrição, um posto de atendimento bancário para o recebimento das taxas de inscrição.

5.1.1 - Somente será aceito depósito em dinheiro ou em cheque emitido pelo próprio candidato.

5.2 — PERÍODO: de 8 a 13 de setembro de 1997.

5.3 — HORÁRIO: das 9h às 17h (horário ininterrupto).

5.4 — LOCAL: Clube da ASFUB, Setor de Clubes Norte, Trecho 3, Lotes 6A a 6B - Asa Norte - Brasília/DF - ao lado do Clube do CRESPON.

5.4.1. — Para os candidatos não-residentes em Brasília - DF, será aceita solicitação de inscrição por meio de SEDEX - Encomenda Expressa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, endereçada ao CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília - UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Caixa Postal 04521 - Asa Norte - CEP: 70.910-900 - Brasília - Distrito Federal, em envelope lacrado contendo:

a) solicitação de inscrição datada e assinada conforme o modelo definido no anexo I deste Edital.

5.4.2 - Somente serão aceitas solicitações de inscrições que sejam postadas até o dia 13 de setembro de 1997.

b) cópia legível do documento de identidade, cujo original deverá ser apresentado nos dias e locais de realização das provas;

c) cheque nominativo emitido pelo próprio candidato, em favor do CESPE/UnB, no valor da taxa de inscrição;

5.4.3 - Não serão aceitas solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

5.4.4 - Aos candidatos que se inscreverem por via postal serão enviados pelo CESPE, também por via postal, o comprovante de inscrição e as Instruções ao Candidato.

5.5 — DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

5.5.1 — Preenchimento do formulário fornecido no local de inscrição.

5.5.1.1 — O candidato deverá, no ato de preenchimento do formulário de inscrição, optar por uma das cidades indicadas no subitem 1.1 deste Edital, na qual realizará suas provas.

5.5.2 — Apresentação do comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

5.5.2.1 — A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída, exceto no caso de cancelamento do concurso por conveniência ou interesse da FEDF.

5.5.2.3 — Caso o cheque utilizado para o pagamento da taxa de inscrição seja devolvido, por qualquer motivo, a inscrição do candidato será considerada sem efeito.

5.5.3 — Apresentação de documento de identidade, conforme os subitens 5.5.3.1 e 5.5.3.2, que contenha fotografia em bom estado de conservação, o qual deverá ser apresentado nos dias e locais de realização das provas, acompanhado de cópia legível, que ficará retida no CESPE/UnB.

5.5.3.1 — São considerados documentos de identidade, somente as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelas Polícias Militares, além das carteiras expedidas por órgãos e conselhos que, por Lei Federal, valem como identidade.

5.5.3.2 — Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade e outros, bem como documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

5.5.3.3 — Os candidatos portadores de deficiência, além da documentação e dos procedimentos mencionados no item 3 deste Edital, deverão entregar, no ato da inscrição, laudo médico comprovando e especificando o tipo de deficiência. A inobservância do disposto acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição.

5.5.3.4 — No ato de inscrição, os candidatos portadores de deficiência deverão solicitar, se preciso, a confecção de provas especiais e os demais recursos de que necessitarem para a realização do concurso.

5.5.3.5 — Os candidatos portadores de deficiência que não solicitarem, no ato da inscrição, a confecção de prova especial não terão a prova preparada, seja qual for o motivo alegado.

5.5.4 — As inscrições para os candidatos portadores de deficiência serão efetuadas em guichês de atendimento exclusivo a esse segmento.

5.5.4.1 — O candidato portador de deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, à duração, ao horário e local de aplicação das provas.

5.5.5 — O candidato deverá declarar, em formulário próprio a ser preenchido no ato da inscrição, que os documentos comprobatórios exigidos no presente Edital serão apresentados por ocasião da convocação, nos termos do subitem 3.2, ou por ocasião da posse.

5.6. — Será admitida a inscrição por terceiros, mediante procuração do interessado e apresentação do comprovante de depósito bancário da taxa de inscrição, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato. Esses documentos serão retidos pelo CESPE/UnB. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

5.6.1.1 — O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros por ocasião do preenchimento do formulário de inscrição.

5.6.1.2 — As informações prestadas no formulário ou na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

5.6.1.3 — Não serão aceitos pedidos de alteração referentes aos cargos/atividades/disciplinas e cidade escolhida para a realização das provas.

5.6.2 — Não haverá isenção parcial ou total da taxa de inscrição.

5.6.3 — Não será aceita inscrição condicional, extemporânea ou por via fac-símile.

5.6.4 — A inscrição em desacordo com este Edital será anulada em qualquer fase do concurso e implicará a exclusão do nome do candidato da relação dos aprovados e a perda dos direitos decorrentes, mesmo que já tenha ocorrido a homologação do Resultado Final.

5.6.4.1 — Serão igualmente anulados a inscrição e todos os atos dela decorrentes se o candidato não apresentar, no ato da contratação, os documentos exigidos como requisitos.

6 - DO PROCESSO SELETIVO

6.1 — O Processo Seletivo constará de provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, de prova oral, de caráter eliminatório, para as disciplinas de línguas estrangeiras modernas, e de prova prática, de caráter eliminatório, para a disciplina de música/instrumentos.

6.1.1 — As provas objetivas versarão sobre o conteúdo programático constante deste Edital e das Instruções ao Candidato, que serão entregues no ato da inscrição, valerão 100 (cem) pontos e serão compostas de 35 (trinta e cinco) questões, distribuídas conforme tabela a seguir:

a) para os candidatos ao cargo de Professor Nível 1:

CONTEÚDO	N.º DE QUESTÕES	N.º DE PONTOS
(P ₁) Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação	15	40
(P ₂) Organização e Dinâmica do Processo Pedagógico: - Língua Portuguesa e Educação; - Matemática e Educação; - Ciências/Programa de Saúde e Educação; - Ciências Sociais e Educação.	20	60
TOTAL	35	100

b) para os candidatos aos cargos de Professor Níveis 2 e 3 na disciplina Português:

CONTEÚDO	N.º DE QUESTÕES	N.º DE PONTOS
(P ₁) Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação	15	40
(P ₂) Organização e Dinâmica do Processo Pedagógico: Língua Portuguesa e Educação	20	60
TOTAL	35	100

c) para os candidatos aos cargos de Professor Nível 3 na disciplina Didática:

CONTEÚDO	N.º DE QUESTÕES	N.º DE PONTOS
(P ₁) Língua Portuguesa	10	25
(P ₂) Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação	15	50
(P ₃) Organização e Dinâmica do Processo Pedagógico: - Matemática e Educação; - Ciências / Programa de Saúde e Educação; - Ciências Sociais e Educação.	10	25
TOTAL	35	100

d) para os candidatos aos cargos de Professor Níveis 2 e 3 nas demais disciplinas:

CONTEÚDO	N.º DE QUESTÕES	N.º DE PONTOS
(P ₁) Língua Portuguesa	10	25
(P ₂) Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação	10	25
(P ₃) Organização e Dinâmica do Processo Pedagógico: Conhecimentos Específicos e Educação	15	50
TOTAL	35	100

6.1.2 — A prova oral será aplicada para os candidatos concorrentes às disciplinas de Espanhol, Francês e Inglês e abrangerá conhecimentos específicos.

6.1.3 — A prova prática será aplicada para os candidatos concorrentes ao cargo de professor nível 3, disciplina de Música / Instrumentos, e versará sobre conhecimentos específicos.

6.2 — O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das mesmas, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, do comprovante de inscrição e do documento de identidade **original**.

6.3 — Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

6.4 — Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade, na forma definida no subitem 5.5.3.1, será automaticamente excluído do concurso.

6.5 — Não será aplicada prova, em hipótese alguma, em espaço físico, datas ou horários diferentes dos determinados em Edital ou em comunicado, nem haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer uma das provas implicará a eliminação automática do candidato.

6.6 — Será automaticamente excluído do concurso o candidato que durante a realização das provas:

- for surpreendido em comunicação com outro candidato ou com qualquer pessoa, utilizando-se de qualquer meio;
- utilizar-se de livros, anotações ou impressos, máquinas ou equipamentos que não forem expressamente permitidos, tais como: BIP, telefone celular, *walkman*, receptor, gravador, calculadora de qualquer espécie, etc.
- portar-se de forma inadequada para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas ou para com autoridades presentes;
- retirar-se do recinto de aplicação das provas sem a devida autorização.

6.7 — Será igualmente eliminado do concurso, em qualquer etapa do processo seletivo, mesmo que o Edital de Homologação do Resultado Final tenha sido publicado, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, o candidato que:

- a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros;
- c) efetuar inscrição fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.8 — Não será dada por telefone ou fax qualquer informação alusiva à realização dos concursos. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e comunicados a serem publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e eventualmente em jornais de grande circulação, assim como as Instruções ao Candidato.

6.9 - O candidato somente poderá se retirar do local de prova levando o Caderno de Provas no decurso da última hora antes do horário previsto para o seu término.

6.10 - O CESPE procederá, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos nos dias de prova.

6.11 - DAS PROVAS OBJETIVAS, ORAL E PRÁTICA

6.11.1 — As Provas Objetivas para os cargos/atividades/disciplinas serão realizadas, de acordo com o cronograma a seguir, simultaneamente nas cidades de Brasília/DF, Goiânia/GO, Uberlândia/MG, São Paulo/SP, Recife/PE e Rio de Janeiro/RJ:

6.11.1.1 - No dia 12 de Outubro de 1997:

CARGO	ATIVIDADE/DISCIPLINA
Professor Nível 2 e 3	- Inglês - Francês - Espanhol - Música/Instrumento

6.11.1.2. Nos dias 25 e 26 de Outubro de 1997:

CARGO	ATIVIDADE/DISCIPLINA
Professor Nível 1	- Atividades pré-escolar e/ou de 1.ª à 4.ª séries do 1.º grau - Atividades de pré-escolar.
Professor Nível 2	- Ciências Físicas e Biológicas - Educação Artística - Matemática - Português
Professor Nível 3	- Biologia - Eletrônica - Física - Matemática - Química - Português - Didática - Economia - Enfermagem - Ed. Artística: Artes Plásticas - Ed. Artística: Artes Cênicas. - Estatística. - Processamento de Dados - Contabilidade

6.12 — Cada questão das provas objetivas admite 5 itens, numerados de 1 a 5, que podem estar todos certos, todos errados ou ainda uns certos e outros errados. Os itens referem-se sempre ao mesmo comando, sendo interdependentes para atribuição de pontos. A resposta a cada item é CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão.

6.13 — As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas, pelo candidato, para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas nas Instruções ao Candidato a serem entregues no ato da inscrição. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

6.13.1 — Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos das marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas. São consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com o Edital e com as Instruções ao Candidato, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.14 - Não será permitido que as marcações na Folha de Respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo no caso de candidato inscrito segundo o subitem 2.3, se a deficiência impossibilitar a marcação pelo próprio candidato. Neste caso, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado.

6.15 — A Prova Oral, para as disciplinas de Espanhol, Francês, Inglês, e a Prova Prática, para a disciplina de Música/Instrumento, serão realizadas nos dias 25 e/ou 26 de outubro de 1997.

6.15.1 - Não será permitida, em hipótese alguma, a participação de terceiros na realização das provas oral e prática.

6.15.2 - Outras informações a respeito das provas oral e prática, incluindo os locais e horários das mesmas, constarão do edital convocatório a ser publicado oportunamente.

6.16 — Os locais e horários das provas objetivas dos cargos/disciplinas constantes do subitem 6.11.1.1 serão publicados no dia 25 ou 26 de setembro de 1997, no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União, na Folha Dirigida e no Jornal dos Concursos, no período de até 7 dias após a publicação no DODF e no DOU, e afixados nos quadros de avisos do CESPE.

6.17 — Os locais e horários das provas objetivas dos cargos/disciplinas constantes do subitem 6.11.1.2 serão publicados no dia 9 ou 10 de outubro de 1997, no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União, na Folha Dirigida e no Jornal dos Concursos, no período de até 7 dias após a publicação no DODF e no DOU, e afixados nos quadros de avisos do CESPE.

7 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

7.1 — Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico.

7.2.— O cálculo (comum a todos os candidatos) do resultado de cada questão (RQ) será efetuado pela seguinte fórmula:

$$RQ = \frac{C - D}{5},$$

em que: C = número de itens marcados na Folha de Respostas concordantes com o gabarito oficial e D = número de itens marcados na Folha de Respostas discordantes do gabarito oficial.

7.2.1.1 — RQ tem valor máximo de +1 (mais um) ponto e mínimo de -1 (menos um) ponto.

7.2.1.2 — Deixar um item em branco não acarretará concordância nem discordância, somente servirá para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta, não contando para efeito de cálculo do resultado de cada questão.

7.2.2 — A nota de cada candidato, em cada prova objetiva (NP_i), será a soma algébrica dos respectivos resultados de questões (RQs):

$$NP_i = \sum_{j=1}^N RQ_j,$$

em que N = número de questões da Prova P_i .

7.2.3.1 — Para os candidatos à disciplina português dos cargos de Professor níveis 2 e 3 e para os candidatos ao cargo de professor nível 1, a nota final (NFPO) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NFPO = \frac{40}{15} NP_1 + 3 NP_2$$

7.2.3.2 — Para os candidatos às demais disciplinas dos cargos de Professor níveis 2 e 3, a nota final (NFPO) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NFPO = 2,5(NP_1 + NP_2) + \frac{50}{15} NP_3$$

7.2.4 — Serão eliminados os candidatos:

- a) aos cargos de professor nível 1 e de professor níveis 2 e 3/disciplina Português, que não acertarem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens da prova P_2 ;
- b) aos cargos de professor níveis 2 e 3/demais disciplinas, que não acertarem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens da prova P_3 ;
- c) a qualquer um dos cargos, que não acertarem, pelo menos 30% (trinta por cento) dos itens de todas as demais provas não incluídas nas alíneas a e b.

7.2.5 — Os candidatos não-enquadrados no item 7.2.4 serão classificados e ordenados, para o cargo/atividade/disciplina, de acordo com os valores decrescentes das notas finais das provas objetivas (NFPOs).

7.2.6 — Serão convocados para as provas oral e prática, para os cargos/disciplinas que as exigirem, os candidatos classificados em até 20 (vinte) vezes o número de vagas estabelecido para o cargo/disciplina, respeitados os empates na última colocação.

7.2.7 — As provas oral e prática terão caráter apenas eliminatório, e os candidatos serão considerados habilitados ou não-habilitados.

7.2.8 — Os candidatos não-habilitados nas provas oral e prática estarão automaticamente eliminados do concurso.

7.2.9 — Os candidatos não convocados para as provas oral e prática estarão automaticamente eliminados do concurso.

7.2.10 — O cálculo para obtenção da classificação citada no subitem 6.2.5 será efetuado até a segunda casa decimal, arredondando-se para o algarismo imediatamente posterior, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

8 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 — Em caso de empate na pontuação obtida por dois ou mais candidatos, no cargo/atividade/disciplina ao qual concorreram, terá preferência, na convocação e demais atos sucessivos, o candidato:

8.1.1 — aos cargos de Professor Nível 1 e Professor Níveis 2 e 3 na disciplina de Português:

a) com maior nota na prova objetiva P_2 ;

b) com maior nota na prova objetiva P_1 .

8.1.2 — aos cargos de Professor Níveis 2 e 3 das demais disciplinas:

a) com maior nota na prova objetiva P_3 ;

b) com maior nota na prova objetiva P_1 .

c) com maior nota na prova objetiva P_2 .

8.2 — Persistindo o empate, para qualquer cargo/atividade/disciplina, terá preferência o candidato mais idoso.

9 — DOS RECURSOS

9.1 — Admitir-se-á recurso interposto por candidato, uma única vez, contra o gabarito oficial das Provas Objetivas.

9.2 — Os recursos serão julgados pelo CESPE/UnB.

9.3 — O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do dia imediato à data de divulgação do gabarito oficial das provas objetivas.

9.4 — O candidato que desejar interpor recurso deverá se dirigir ao CESPE – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília – UnB, no Setor de Atendimento ao Candidato - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Subsolo ICC - Instituto Central de Ciências, Ala Norte.

9.5 — O recurso deverá ser protocolizado e terá de ser interposto e assinado pelo próprio candidato, em formulário a ser fornecido pelo CESPE/UnB.

9.5 — Não será aceito recurso interposto por via postal, por fac-símile, ou correio eletrônico, assim como interposto por procurador.

9.6 — Não haverá qualquer outro recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pelo CESPE/UnB.

9.7 — O recurso deverá ser interposto em formato padrão a ser definido no texto das Instruções ao Candidato.

9.8 — Em caso de questões/itens anulados, serão atribuídos os pontos correspondentes a essas questões/itens a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.9 — O prazo para interposição de recursos referentes às provas oral e prática será estabelecido no edital convocatório específico.

9.10 — O recurso apresentado tempestivamente terá efeito suspensivo, quanto ao objeto requerido, até que seja conhecida a decisão.

10 — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 — É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e os comunicados referentes a este processo seletivo no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União, os quais também serão afixados no quadro de avisos do CESPE.

10.2 — A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em outros que vierem a ser publicados, nos comunicados e nas Instruções ao Candidato, em relação aos quais não poderá o concursando alegar desconhecimento.

10.3 — O concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da homologação do Resultado Final, nos termos da Lei 7.515, de 10/7/86, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF.

10.4 — Poderão ser aceitas inscrições para mais de um cargo/atividade/disciplina, cabendo ao candidato a responsabilidade por eventual coincidência de horários de realização das provas dos cargos/atividades/disciplinas por ele escolhidos.

10.5 — O resultado final do concurso será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, no Diário Oficial da União e afixado no Quadro de Avisos do CESPE, depois da apreciação dos recursos a que se refere o item 9.

10.6 — O resultado final do concurso será homologado pelo Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal — FEDF.

10.7 — Os candidatos aprovados serão convocados pela Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF, para nomeação, obedecendo à ordem de classificação e ao número de vagas existentes por cargo/atividade/disciplina. Os

candidatos que não forem convocados ficarão registrados, por ordem de classificação, na Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF (Banco de Concursados), durante o prazo de validade do concurso.

10.8 – No caso de desistência temporária, o candidato renuncia à sua classificação e passa a posicionar-se em último lugar na lista de aprovados, aguardando nova convocação, que poderá ou não se efetivar no período de validade do concurso.

10.9 – A nomeação do candidato será efetivada, atendendo às condições constitucionais e legais, ao interesse e à conveniência da administração, à aprovação em Avaliação Médica Pré-admissional e ao atendimento das condições previstas neste Edital.

10.10 — O direito de ação contra os atos relativos ao concurso prescreve em 1 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final.

10.11 – Decorrido o prazo mencionado no subitem 10.10 e inexistindo ação pendente, as provas e o material inservível serão incinerados.

10.12 — A Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes, e dentro do prazo de validade do concurso.

10.13 – Em se tratando de candidato portador de deficiência física aprovado neste concurso, deverão ser atendidas as demais disposições legais pertinentes aos critérios da admissão, conforme legislação específica.

10.14 — As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso correm por conta do candidato.

10.15 — A convocação do candidato aprovado e classificado será feita por meio de publicação em jornais de grande circulação do Distrito Federal.

10.16 — Os candidatos que vierem a ser nomeados estarão sujeitos ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, instituído pela Lei n.º 8.112, de 11 de novembro de 1990, observados, ainda, os termos da Lei (DF) n.º 197, de 4/12/91.

10.17 — O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto ao CESPE/UnB e à Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF, quando aprovados.

10.18 — Os gabaritos serão divulgados, em data a ser determinada no caderno de provas, e afixados nos quadros de aviso do CESPE, na Sede da Fundação Educacional do Distrito Federal — FEDF e nos locais de realização das provas nas cidades de Goiânia/GO, Uberlândia/MG, São Paulo/SP, Recife/PE e Rio de Janeiro/RJ.

10.19 – Para conhecimento dos interessados, este Edital, assim como os demais, e os comunicados relativos ao concurso, após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União, encontrar-se-ão afixados, no quadro de avisos do CESPE/UnB, nas Administrações Regionais, nas Divisões Regionais de Ensino da Fundação Educacional do Distrito Federal — FEDF e na Sede desta.

10.20 — Todas as informações atinentes ao concurso, até a homologação do Resultado Final, deverão ser obtidas junto ao Setor de Atendimento ao Candidato, no CESPE/UnB.

10.21 — Todas as informações atinentes ao concurso, após a homologação do Resultado Final (convocação, nomeação, posse e exercício), deverão ser obtidas junto à Fundação Educacional do Distrito Federal — FEDF — Seção de Recrutamento e Seleção, inclusive por via telefônica.

10.22 — Os casos omissos serão resolvidos pelo CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, juntamente com a Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF.

MARIA TAMEME SOARES
Diretora Executiva
Respondendo